

**Gestão 2022-2024**

Procurador-Geral de Justiça  
**Alexandre Magno Benites de Lacerda**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico  
**Humberto de Matos Brittes**  
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa  
**Nilza Gomes da Silva**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional  
**Paulo César Zeni**  
Corregedor-Geral do Ministério Público  
**Silvio Cesar Maluf**  
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público  
**Helton Fonseca Bernardes**  
Ouvidor do Ministério Público  
**Renzo Siufi**  
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça  
**Camila Augusta Calarge Doreto**  
Secretária-Geral do MPMS  
**Bianka Karina Barros da Costa**

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrainer</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cesar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Avila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

**EXPEDIENTE EXTERNO:**

De 2ª à 6ª feira, das 12 às 19 horas.

**DISQUE DENÚNCIA**

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: [caocrim@mpms.mp.br](mailto:caocrim@mpms.mp.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão  
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: [caodh@mpms.mp.br](mailto:caodh@mpms.mp.br)

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 3750/2022-PGJ, DE 25.7.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar a 6ª Promotora de Justiça de Campo Grande, Cristina Beraldo de Andrade, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 5ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, a partir de 11.7.2022, até ulterior deliberação; e tornar sem efeito, a partir da referida data, a Portaria nº 2974/2022-PGJ, de 21.6.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3740/2022-PGJ, DE 25.7.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar a 50ª Promotora de Justiça de Campo Grande, Jiskia Sandri Trentin, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 24ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 25.7 a 17.8.2022, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Tathiana Correa Pereira da Silva.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3741/2022-PGJ, DE 25.7.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 4º Promotor de Justiça de Campo Grande, Renzo Siufi, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 35ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 20 a 29.7.2022, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Christiane de Alencar.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3151/2022-PGJ, DE 28.6.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, férias ao membro do Ministério Público abaixo nominado, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue (PGA nº 09.2022.00005224-8):

MEMBRO	PERÍODO AQUISITIVO	TIPO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO INDEFERIDO
Angelica de Andrade Arruda	2021/2022	Regulamentares	10	25.7 a 13.8.2022
	2014/2015		10	

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3742/2022-PGJ, DE 25.7.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar a 3ª Promotora de Justiça de Naviraí, Leticia Rossana Pereira Ferreira Berto de Almada, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 4ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 30.7 a 5.8.2022, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Juliana Martins Zaupa.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3743/2022-PGJ, DE 25.7.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça Substituto Thiago Barile Galvão de França para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante o Juizado Especial Adjunto da comarca de Naviraí no período de 30.7 a 5.8.2022, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Juliana Martins Zaupa.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3147/2022-PGJ, DE 27.6.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, 10 (dez) dias de férias regulamentares ao Promotor de Justiça Lindomar Tiago Rodrigues, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, que seriam usufruídos no período de 11 a 20.7.2022, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2022.00005959-6).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3744/2022-PGJ, DE 25.7.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 2º Promotor de Justiça de Três Lagoas, Fernando Marcelo Peixoto Lanza, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Promotoria de Justiça e pelo Juizado Especial Adjunto da comarca de Brasilândia no período de 19 a 27.7.2022, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Adriano Barrozo da Silva.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3745/2022-PGJ, DE 25.7.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “h”, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Fernando Marcelo Peixoto Lanza, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 41ª Zona Eleitoral no período de 19 a 27.7.2022, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Adriano Barrozo da Silva.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3121/2022-PGJ, DE 24.6.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, férias ao membro do Ministério Público abaixo nominado, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue (PGA nº 09.2022.00005330-3):

MEMBRO	PERÍODO AQUISITIVO	TIPO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO INDEFERIDO
Mauri Valentim Riciotti	2021/2022	Regulamentares	10	11 a 27.7.2022
	2019/2020	Remanescentes	7	

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3747/2022-PGJ, DE 25.7.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Bianka Karina Barros da Costa 1 (um) dia de compensação no dia 16.1.2023, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada no período de 2 a 9.5.2022, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3748/2022-PGJ, DE 25.7.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Bianka Karina Barros da Costa 4 (quatro) dias de férias compensatórias, no período de 17 a 20.1.2023, referentes ao feriado forense de 20.12.2005 a 6.1.2006, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3123/2022-PGJ, DE 24.6.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, 10 (dez) dias de férias regulamentares ao Promotor de Justiça Fernando Marcelo Peixoto Lanza, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, que seriam usufruídos no período de 11 a 20.7.2022, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2022.00005371-4).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3755/2022-PGJ, DE 25.7.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e considerando o contido na Resolução nº 1/2022-CSMP,

**R E S O L V E :**

Convocar os Promotores de Justiça Substitutos em estágio probatório para passarem por avaliação na comarca de Campo Grande, nos termos do artigo 27 da Resolução nº 1/2022-CSMP, conforme indicações abaixo:

PROMOTORES DE JUSTIÇA SUBSTITUTOS	DATA/HORÁRIO	
	AVALIAÇÃO PSIQUIÁTRICA (RUA ALAGOAS, 396, SALA 106, 1º ANDAR, JARDIM DOS ESTADOS)	AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA (RUA ITARU, 43, SALA 2, ITANHANGÁ PARK)
Andre Luiz de Godoy Marques	11.8.2022 – 8h30min	11.8.2022 – 13h30min
Guilherme Pereira Diniz Penna	11.8.2022 – 9h	11.8.2022 – 15h
Janaina Scopel Bonatto	18.8.2022 – 9h	18.8.2022 – 13h30min
Jean Carlos Piloneto	18.8.2022 – 9h30min	18.8.2022 – 15h
Mayara Santos de Sousa	18.8.2022 – 10h	18.8.2022 – 16h30min
Murilo Hamati Gonçalves	23.8.2022 – 14h30min	23.8.2022 – 8h30min
Thiago Barile Galvão de França	23.8.2022 – 15h	23.8.2022 – 10h

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3705/2022-PGJ, DE 21.7.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o seguinte servidor ocupante de cargo efetivo, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para prestar serviços na unidade de exercício abaixo indicada, até ulterior deliberação, revogando-se as disposições em contrário.

LOTAÇÃO: ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO		
DESIGNAÇÃO: DEPARTAMENTO DE APOIO ADMINISTRATIVO		
SERVIDOR	CARGO/ÁREA DE ATIVIDADE	A PARTIR DE
Valdemilson Massayoshi Thaada	Analista/Economia	25.7.2022

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3746/2022-PGJ, DE 25.7.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Nomear Rafaela Oliveira Roker para exercer o cargo em comissão de Assessora Jurídica, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em vaga prevista no Anexo VI da Lei nº 4.134, de 6 de dezembro de 2011, na 12ª Procuradoria de Justiça Criminal, decorrente da exoneração de Juliana Teixeira dos Santos.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3749/2022-PGJ, DE 25.7.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar a seguinte servidora ocupante de cargo efetivo, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para prestar serviços na unidade de exercício abaixo indicada, até ulterior deliberação, revogando-se as disposições em contrário.

LOTAÇÃO: ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO		
DESIGNAÇÃO: DEPARTAMENTO DE APOIO ADMINISTRATIVO		
SERVIDORA	CARGO/ÁREA DE ATIVIDADE	A PARTIR DE
Selma Gonçalves	Técnica I/Administrativa	25.7.2022

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3578/2022-PGJ, DE 19.7.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do convênio decorrente do Processo nº 09.2022.00004777-8, conforme segue: 1) Gestor – Wellington Gradella Marthos, Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas; 1.1) Suplente – Christiane de Oliveira Landgraf Pinto, Chefe do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas; 2) Fiscal – Greyce Kelly Gomes Santiago, Técnica I; 2.1) Suplente – Augusto Aparecido Ribeiro Colato, Chefe do Departamento de Gestão de Pessoas.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3605/2022-PGJ, DE 19.7.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora Angela Rezende do Amarante, ocupante do cargo de Chefe do Núcleo de Controle e Análise de Processos Administrativos, símbolo MPDS-107, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, como gestora suplente do Contrato nº 136/PGJ/2020, a partir de 29.3.2022; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 921/2021-PGJ, de 12.3.2021, na parte que designou a então servidora Fabiane Barbosa da Silva (Processo PGJ/10/2903/2020).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3629/2022-PGJ, DE 20.7.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XI do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Declarar vago, a partir de 11 de julho de 2022, o cargo de Técnico I, área de atividade Administrativa, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, ocupado por Daniel Francisco Mercado Dantas, em virtude de sua posse em outro cargo inacumulável, nos termos do artigo 56, inciso VI, da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000 (PGA nº 09.2022.00006563-2).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3630/2022-PGJ, DE 20.7.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 96/PGJ/2022, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 1.1) Suplente – Elias Vitorino Filho, Auxiliar; 2) Fiscal Administrativa – Vivian Severino da Silva Ribeiro, Chefe da Divisão de Almoxarifado; 2.1) Suplente – Rosinei Escobar Xavier, Técnica I; 3) Fiscal Técnico/Requisitante – Ezequiel Joaquim da Costa, Técnico I; 3.1) Suplente – Megaron Molossi, Analista/Arquitetura (PGA nº 09.2022.00004599-1).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3631/2022-PGJ, DE 20.7.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 97/PGJ/2022, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 1.1) Suplente – Elias Vitorino Filho, Auxiliar; 2) Fiscal Administrativa – Vivian Severino da Silva Ribeiro, Chefe da Divisão de Almoxarifado; 2.1) Suplente – Rosinei Escobar Xavier, Técnica I; 3) Fiscal Técnico/Requisitante – Ezequiel Joaquim da Costa, Técnico I; 3.1) Suplente – Megaron Molossi, Analista/Arquitetura (PGA nº 09.2022.00005233-7).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3632/2022-PGJ, DE 20.7.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 100/PGJ/2022, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 1.1) Suplente – Elias Vitorino Filho, Auxiliar; 2) Fiscal Administrativa – Vivian Severino da Silva Ribeiro, Chefe da Divisão de Almoxarifado; 2.1) Suplente – Rosinei Escobar Xavier, Técnica I; 3) Fiscal Técnico/Requisitante – Ezequiel Joaquim da Costa, Técnico I; 3.1) Suplente – Megaron Molossi, Analista/Arquitetura (PGA nº 09.2022.00005234-8).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça



**PORTARIA Nº 3633/2022-PGJ, DE 20.7.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 102/PGJ/2022, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 1.1) Suplente – Elias Vitorino Filho, Auxiliar; 2) Fiscal Administrativa – Vivian Severino da Silva Ribeiro, Chefe da Divisão de Almoxarifado; 2.1) Suplente – Rosinei Escobar Xavier, Técnica I; 3) Fiscal Técnico/Requisitante – Ezequiel Joaquim da Costa, Técnico I; 3.1) Suplente – Megaron Molossi, Analista/Arquitetura (PGA nº 09.2022.00006269-0).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3646/2022-PGJ, DE 20.7.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do convênio decorrente do Processo nº 09.2022.00004912-1, conforme segue: 1) Gestor – Wellington Gradella Marthos, Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas; 1.1) Suplente – Christiane de Oliveira Landgraf Pinto, Chefe do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas; 2) Fiscal – Greyce Kelly Gomes Santiago, Técnica I; 2.1) Suplente – Augusto Aparecido Ribeiro Colato, Chefe do Departamento de Gestão de Pessoas.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 0064/2022/AOP/PGJ**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

**RESOLVE:**

Delegar ao Promotor de Justiça Eduardo de Araujo Portes Guedes, que oficia perante a 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Notícia de Fato nº 01.2022.00004956-5, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 15 de julho de 2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça



**PORTARIA N° 0065/2022/AOP/PGJ – SIGILO (ART. 23, VIII, DA LEI 12.527/2011)**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

**RESOLVE:**

Delegar ao Promotor de Justiça, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de procedimento, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 20 de julho de 2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA****PORTARIA N° 3638/2022-PGJ, DE 20.7.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução n° 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Designar o servidor Farley Leles Froes Medeiros, ocupante do cargo em comissão de Chefe do Núcleo de Corpo Técnico do Meio Ambiente, símbolo MPDS-107, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento Especial de Apoio às Atividades de Execução, Daex, no período de 5 a 14.7.2022, em razão de férias do titular, Nadson Soares de Oliveira.

NILZA GOMES DA SILVA  
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA N° 3730/2022-PGJ, DE 22.7.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução n° 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora Érica Maylane Rigo Borges, ocupante do cargo em comissão de Assessora Jurídica, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na 2ª Promotoria de Justiça de Camapuã, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à Promotoria de Justiça de Nioaque, mediante acesso remoto aos sistemas informatizados, no período de 19 a 28.7.2022, em razão de férias da servidora Ingrid Vitória Secco Dameão, Assessora Jurídica.

NILZA GOMES DA SILVA  
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 3731/2022-PGJ, DE 22.7.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora Camila Castro Ramos, ocupante do cargo em comissão de Assessora Jurídica, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Apoio Jurídico ao Procurador-Geral de Justiça no período de 20 a 29.7.2022, em razão de férias da titular, Cristhiane Bergmaier.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 3733/2022-PGJ, DE 22.7.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020, bem como o artigo 16, inciso I, da Resolução nº 31/2018-PGJ, de 7.12.2018,

**R E S O L V E :**

Conceder ao servidor Felipe de Lima Figueiredo, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, em exercício na Promotoria de Justiça de Deodápolis, a renovação da prestação de suas atribuições fora do órgão originário de lotação, mas nas dependências do Ministério Público Estadual, na modalidade remota, na sede das Promotorias de Justiça de Aquidauana, a partir de 20.7.2022, pelo prazo de 1 (um) ano, nos termos dos artigos 2º, § 2º, 4º, *caput*, e 11, *caput* e § 1º, da Resolução nº 31/2018-PGJ, de 7.12.2018 (PGA nº 09.2022.00001207-8).

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 2784/2022-PGJ, DE 10.6.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias regulamentares à servidora Acy Mary Corrêa Gregol Dib, referentes ao período aquisitivo 2017/2018, a serem usufruídas no período de 6 a 15.7.2022, de 1º a 10.8.2022 e de 16 a 25.11.2022, nos termos dos artigos 1º e 4º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, e do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 3659/2022-PGJ, DE 20.7.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 30.6.2022, as férias do servidor Vinicius Ferreira Martins concedidas por meio da Portaria nº e-400/2022-PGJ, de 28.4.2022, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, a serem usufruídas no período de 20 a 23.9.2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 3658/2022-PGJ, DE 20.7.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Suspender as férias concedidas à servidora Vivian Severino da Silva Ribeiro por meio da Portaria nº e- 272/2022-PGJ, de 14.3.2022, que seriam usufruídas no período de 4 a 13.7.2022, a serem usufruídas no período de 16 a 25.1.2023, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 3657/2022-PGJ, DE 20.7.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 23.6.2022, as férias do servidor Lucas Ramos da Costa concedidas por meio da Portaria nº e-102/2022-PGJ, de 4.2.2022, com redação dada pela Portaria nº 2432/2022-PGJ, de 25.5.2022, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, a serem usufruídas no período de 17 a 26.10.2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 3655/2022-PGJ, DE 20.7.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar as férias concedidas à servidora Edna de Barros Manzoni por meio da Portaria nº e-1721/2021-PGJ, de 21.12.2021, que seriam usufruídas no período de 11 a 30.7.2022, a serem usufruídas nos períodos de 20 a 29.7.2022 e de 17 a 26.10.2022, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 3654/2022-PGJ, DE 20.7.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 20.6.2022, as férias da servidora Renata Gomes Carpes concedidas por meio da Portaria nº e-198/2021-PGJ, de 17.3.2021, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, a serem usufruídas no período de 16 a 19.11.2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 3644/2022-PGJ, DE 20.7.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar as férias concedidas à servidora Ofélia Letícia Soares da Silva por meio da Portaria nº e-1032/2021-PGJ, de 13.9.2021, com redação dada pela Portaria nº 5484/2021-PGJ, de 17.12.2021, que seriam usufruídas no período de 18 a 27.7.2022, a serem usufruídas no período de 28.9 a 7.10.2022, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**CONSELHO SUPERIOR****AVISO Nº 38/2022/CSMP**

**O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL E PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO**, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do art. 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994 e os arts. 22 e 23 da Resolução nº 002/2009-CSMP, de 22.4.2009, torna público o nome do Promotor de Justiça inscrito para promoção, pelo critério de merecimento, para a 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Iguatemi, segunda entrância:

**Inscrito:** Promotor de Justiça Gilberto Carlos Altheman Junior.

Campo Grande, 26 de julho de 2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**AVISO Nº 39/2022/CSMP**

**O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL E PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO**, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do art. 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994 e os arts. 22 e 23 da Resolução nº 002/2009-CSMP, de 22.4.2009, torna público o nome da Promotora de Justiça inscrita para promoção, pelo critério de antiguidade, para a 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Cassilândia, segunda entrância:

**Inscrita:** Promotora de Justiça Juliana Pellegrino Vieira.

Campo Grande, 26 de julho de 2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça



**DELIBERAÇÕES PROFERIDAS NA 12ª SESSÃO DE JULGAMENTO VIRTUAL DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL INICIADA EM 4 DE JULHO DE 2022.**

**2. Ordem do dia:**

**2.1. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos:**

**2.1.1. RELATOR-CONSELHEIRO EVALDO BORGES RODRIGUES DA COSTA:**

**1. Inquérito Civil nº 06.2019.00001165-0**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Galpão de Cedro

Assunto: Apurar suposto dano ambiental em razão da exploração de 8,778 hectares de vegetação nativa na propriedade denominada fazenda Galpão de Cedro em Bela Vista/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BELA VISTA/MS - APURAÇÃO DE SUPOSTO DANO AMBIENTAL EM RAZÃO DA EXPLORAÇÃO DE 8,778 HECTARES DE VEGETAÇÃO NATIVA NA PROPRIEDADE DENOMINADA “FAZENDA GALPÃO DE CEDRO” - DILIGÊNCIAS EMPREENDIDAS - TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA FIRMADO - CUMPRIMENTO INTEGRAL - COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE PARCELA ÚNICA ESTIPULADA - ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Compulsando-se os autos, denota-se que o proprietário do imóvel investigado formalizou TAC - Termo de Ajustamento de Conduta, comprometendo-se a indenizar e compensar o Meio Ambiente mediante a destinação da importância pecuniária fixada no valor de R\$ 2.650,00 (dois mil, seiscentos e cinquenta reais). Desse modo, a obrigação de indenização ambiental foi devidamente cumprida pelo compromissário, consoante comprovante de pagamento da parcela única do TAC acostado à fl. 104, tornando-se desnecessário o prosseguimento do presente feito. Promoção de arquivamento - homologação.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.**

**2. Inquérito Civil nº 06.2019.00001183-8**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Câmara Municipal de Ponta Porã

Assunto: Apuração de possíveis fraudes aos procedimentos licitatórios da Câmara Municipal de Ponta Porã/MS entre os anos de 2012 e 2018, em razão da participação de empresas do mesmo grupo gestor empresarial.

**Retirado desta sessão de julgamento virtual em razão do pedido da Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva para inclusão em pauta presencial.**

**3. Inquérito Civil nº 06.2020.00000465-9**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Eurindo Alves da Silva Neto

Assunto: Apuração de desmatamento de 7,96 hectares em área de Savana Arborizada, na Fazenda Padre Vítor Gleba B, em Rio Verde de Mato Grosso/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer nº 73/20/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE RIO VERDE DE MATO GROSSO/MS - APURAÇÃO DO DESMATAMENTO DE 7,96 HECTARES EM ÁREA DE SAVANA ARBORIZADA, NA “FAZENDA PADRE VÍTORGLEBA B”, SEM AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL COMPETENTE (PROGRAMA DNA AMBIENTAL) - FORMALIZAÇÃO DE TAC - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09.2022.00004352-7 PARA ACOMPANHAMENTO DO TAC - RESOLUÇÃO Nº 005/CPJ/2015 - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. No curso do procedimento, verifica-se que o "Termo de Ajustamento de Conduta" celebrado às fls. 146/153, está em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. Ademais, nos termos dos artigos 38 e 39 da Resolução nº 15/2007-PGJ, a Promotoria de Justiça de origem informou que foi instaurado o Procedimento Administrativo nº 09.2022.00004352-7 (fls. 162/163) para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do TAC firmado, em observância à redação do Enunciado nº 9 do



Conselho Superior do Ministério Público. Dessa forma, tendo o Parquet instaurado o Processo Administrativo no SAJ/MP, para o acompanhamento e fiscalização do TAC, não remanescem providências a serem tomadas nestes autos. Promoção de arquivamento - homologação.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.**

#### 4. Inquérito Civil nº 06.2020.00001331-4

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Jardim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Dival Dias de Pinho

Assunto: Apuração de irregularidades ambientais ocorridas no "Sítio Nova Alvorada", localizado em Guia Lopes da Laguna/MS, de propriedade de Dival Dias de Pinho.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JARDIM/MS - APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES AMBIENTAIS OCORRIDAS NO "SÍTIO NOVA ALVORADA", LOCALIZADO EM GUIA LOPES DA LAGUNA/MS - FORMALIZAÇÃO DE TAC - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09.2022.00004316-0 PARA ACOMPANHAMENTO DO TAC - RESOLUÇÃO Nº 005/CPJ/2015 - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGAÇÃO. No curso do procedimento, verifica-se que foi instaurado o Termo de Ajustamento de Conduta celebrado às fls. 65/72, o qual está em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. Ademais, nos termos dos artigos 38 e 39 da Resolução nº 15/2007-PGJ, a Promotoria de Justiça de origem informou que foi instaurado o Procedimento Administrativo nº 09.2022.00004316-0 (fl. 76) para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do TAC firmado, em observância à redação do Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público. Dessa forma, tendo o Parquet instaurado o Processo Administrativo no SAJ/MP, para o acompanhamento e fiscalização do TAC, não remanescem providências a serem tomadas nestes autos.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.**

#### 5. Inquérito Civil nº 06.2021.00001386-2

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Jardim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Gilson Matzenbacher

Assunto: Apuração de irregularidade ambiental na "Fazenda Moinho", localizada no Município de Jardim/MS, arrendada por Gilson Matzenbacher.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JARDIM/MS - APURAÇÃO DE POSSÍVEL IRREGULARIDADE AMBIENTAL NA "FAZENDA MOINHO" - DILIGÊNCIAS EMPREENDIDAS - INEXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADE AMBIENTAL IMÓVEL DEVIDAMENTE INSCRITO NO CAR - ENUNCIADO Nº 10 - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Denota-se do feito que a Polícia Militar Ambiental, em vistoria realizada, não constatou a ocorrência de qualquer dano ambiental na propriedade investigada que fosse objeto necessário de reparação, tendo ocorrido a pulverização aérea na referida propriedade rural em pleno acordo com as normas ambientais. Insta consignar que o requerido apresentou o Recibo de Inscrição no Imóvel Rural no CAR sob o nº CARMS0029495V2 (fls. 49/51). Sobre o tema, dispõe o Enunciado nº 10, do Conselho Superior do Ministério Público, no sentido de que, na ausência de dano ambiental, a inscrição da propriedade no CAR é suficiente para subsidiar a promoção de arquivamento do procedimento. Dessa forma, verifica-se que o objeto do feito está esgotado, porquanto inexistente irregularidade ambiental na "Fazenda Moinho", arrendada por Gilson Matzenbacher, bem como o imóvel está registrado no CAR. Promoção de arquivamento - homologação.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.**

#### 6. Inquérito Civil nº 06.2016.00000281-6

1ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Ponta Porã

Assunto: Investigar a observância da legislação urbanística e ambiental pelo empreendimento "Loteamento Bairro Santa Isabel", localizado no município de Ponta Porã.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PONTA PORÃ/MS - INVESTIGAR A OBSERVÂNCIA DA LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA E AMBIENTAL PELO EMPREENDIMENTO "LOTEAMENTO BAIRRO SANTA IZABEL" - FORMALIZAÇÃO DE TAC - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09.2022.00004932-1 PARA ACOMPANHAMENTO DO TAC -





RESOLUÇÃO Nº 005/CPJ/2015 - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGAÇÃO. No curso do procedimento, verifica-se que o "Termo de Ajustamento de Conduta" celebrado às fls. 475/486, está em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. Ademais, nos termos dos artigos 38 e 39 da Resolução nº 15/2007-PGJ, a Promotoria de Justiça de origem, informou que foi instaurado o Procedimento Administrativo nº 09.2022.00004932-1 (fl. 490) para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do TAC firmado, em observância à redação do Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público. Dessa forma, tendo o Parquet instaurado o Processo Administrativo no SAJ/MP, para o acompanhamento e fiscalização do TAC, não remanescem providências a serem tomadas nestes autos. Promoção de arquivamento - homologação.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.**

#### **7. Inquérito Civil nº 06.2016.00000853-2**

1ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Ponta Porã

Assunto: Investigar a observância da legislação urbanística e ambiental pelo empreendimento "Loteamento Jardim Santo Antônio", localizado no Município de Ponta Porã.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PONTA PORÃ/MS - INVESTIGAR A OBSERVÂNCIA DA LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA E AMBIENTAL PELO EMPREENDIMENTO "LOTEAMENTO JARDIM SANTO ANTÔNIO" - FORMALIZAÇÃO DE TAC - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09.2022.00004932-1 PARA ACOMPANHAMENTO DO TAC - RESOLUÇÃO Nº 005/CPJ/2015 - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. No curso do procedimento, verifica-se que o Termo de Ajustamento de Conduta celebrado às fls. 479/490 está em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. Ademais, nos termos dos artigos 38 e 39 da Resolução nº 15/2007-PGJ, a Promotoria de Justiça de origem informou que foi instaurado o Procedimento Administrativo nº 09.2022.00004932-1 (fl. 494) para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do TAC firmado, em observância à redação do Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público. Dessa forma, tendo o Parquet instaurado o Processo Administrativo no SAJ/MP, para o acompanhamento e fiscalização do TAC, não remanescem providências a serem tomadas nestes autos. Promoção de arquivamento - homologação.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.**

#### **8. Inquérito Civil nº 06.2018.00003248-4**

1ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Ponta Porã, "Cerro Alegre Participações e Empreendimentos Ltda."

Assunto: Investigar a observância da legislação urbanística e ambiental pelo empreendimento "Jardim Ibirapuera", localizado no Município de Ponta Porã.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PONTA PORÃ/MS - INVESTIGAR A OBSERVÂNCIA DA LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA E AMBIENTAL PELO EMPREENDIMENTO "JARDIM IBIRAPUERA" - FORMALIZAÇÃO DE TAC - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09.2022.00004932-1 PARA ACOMPANHAMENTO DO TAC - RESOLUÇÃO Nº 005/CPJ/2015 - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGAÇÃO. No curso do procedimento, verifica-se que o "Termo de Ajustamento de Conduta" celebrado às fls. 713/724, está em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. Ademais, nos termos dos artigos 38 e 39 da Resolução nº 15/2007-PGJ, a Promotoria de Justiça de origem informou que foi instaurado o Procedimento Administrativo nº 09.2022.00004932-1 (fl. 728) para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do TAC firmado, em observância à redação do Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público. Dessa forma, tendo o Parquet instaurado o Processo Administrativo no SAJ/MP, para o acompanhamento e fiscalização do TAC, não remanescem providências a serem tomadas nestes autos. Promoção de arquivamento - homologação.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.**

#### **9. Inquérito Civil nº 06.2019.00001241-5**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual





Requeridos: Alexandre Augusto Piovesan, Adriano Piovesan, Fernanda Piovesan, Luciana Rosa Piovesan Rocha

Assunto: Apurar a ocorrência de dano ambiental decorrente da má utilização do solo na "Fazenda Quatro Irmãos", bem como averiguar a regularidade das áreas de reserva legal e de preservação permanente.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PONTA PORÃ/MS - APURAÇÃO DA OCORRÊNCIA DE DANO AMBIENTAL DECORRENTE DA MÁ UTILIZAÇÃO DO SOLO NA "FAZENDA QUATRO IRMÃOS", BEM COMO AVERIGUAR A REGULARIDADE DAS ÁREAS DE RESERVA LEGAL E DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE - FORMALIZAÇÃO DE TAC - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09.2022.00004400-4 PARA ACOMPANHAMENTO DO TAC - RESOLUÇÃO Nº 005/CPJ/2015 - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. No curso do procedimento, verifica-se que o "Termo de Ajustamento de Conduta" celebrado às fls. 163/171, está em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. Ademais, nos termos dos artigos 38 e 39 da Resolução nº 15/2007-PGJ, a Promotoria de Justiça de origem, informou que foi instaurado o Procedimento Administrativo nº 09.2022.00004400-4 (fl. 194), para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do TAC firmado, em observância à redação do Enunciado nº 9, do Conselho Superior do Ministério Público. Dessa forma, tendo o Parquet instaurado o Processo Administrativo no SAJ/MP, para o acompanhamento e fiscalização do TAC, não remanescem providências a serem tomadas nestes autos. Promoção de arquivamento - homologação.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.**

#### 10. Inquérito Civil nº 06.2017.00001683-6

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Brasilândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar danos ambientais na "Fazenda Santa Laura", no município de Brasilândia.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BRASILÂNDIA/MS - APURAÇÃO DE POSSÍVEIS DANOS AMBIENTAIS NA "FAZENDA SANTA LAURA", SITUADA NO MUNICÍPIO DE BRASILÂNDIA - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - NÃO CONSTATAÇÃO DE IRREGULARIDADES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando-se os autos, verificou-se do Relatório de Vistoria elaborado pelo DAEX, que não foi possível informar o local de onde teriam sido retiradas e/ou cortadas as madeiras objetos da apuração, dado o lapso temporal decorrido do referido corte. Ademais, não foi possível constatar se a madeira foi retirada de área de preservação permanente ou de área de reserva legal da propriedade. Desta feita, no referido Relatório se concluiu que: "Não é possível valorar os danos ambientais, tendo em vista que não se conhecem as condições de retirada e/ou cortes das árvores, tampouco o local de origem." (fl. 544). Além disso, a propriedade está devidamente inscrita no Cadastro Ambiental Rural (CAR) CARMS nº 5002308 (fl. 545). Portanto, uma vez que inexistente dano ambiental na propriedade, estando o imóvel devidamente inscrito no CAR, denota-se que tal medida é suficiente para comprovar a sua adequação às normas ambientais. Enfim, acresça-se que a confirmação do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede que, com o eventual surgimento de fato novo, ocorra o posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil). Promoção de arquivamento - homologação.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.**

#### 11. Inquérito Civil nº 06.2021.00001383-0

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Andradina

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual degradação ambiental e/ou regularidade ambiental do imóvel rural denominado "Fazenda Atlântica". (Operação Terra Lavada).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE NOVA ANDRADINA/MS - APURAÇÃO DAS CONDIÇÕES JURÍDICO-AMBIENTAIS NA "FAZENDA ATLÂNTICA" - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - NÃO CONSTATAÇÃO DE IRREGULARIDADES - IMÓVEL INSCRITO NO CAR - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Obtém-se do Laudo Técnico de Constatação Ambiental, elaborado pelo Engenheiro Agrônomo Rodrigo Molina Tiba, que, na vistoria realizada, se verificou que as práticas conservacionistas do solo foram adotadas em sua totalidade na respectiva propriedade, de forma a minimizar o poder erosivo das enxurradas, cortando o declive da área, bem como foi ressaltado que a propriedade não apresenta processos erosivos na área. Por fim, concluiu-se que as áreas de Reserva Legal e APP Área de Preservação Permanente se encontram devidamente cercadas e preservadas. Além disso, a propriedade em questão, está devidamente inscrita no "Cadastro Ambiental Rural" (CAR) CARMS nº 0068994



(fls. 93/97). Portanto, uma vez inexistente dano ambiental na propriedade, estando o imóvel devidamente inscrito no CAR, denota-se que tal medida mostra-se suficiente para comprovar a sua adequação às normas ambientais. Enfim, acresça-se que a confirmação do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público, não impede, com o eventual surgimento de fato novo, ocorra posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28, e parágrafo único, da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil). Promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.**

### **12. Inquérito Civil nº 06.2022.00000276-9**

2ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos da comarca de Ivinhema

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Juliano Barros Donato

Assunto: Apurar a denúncia de possível assédio moral, ocorrido em 17/03/2022, nas dependências do Hospital Municipal de Ivinhema.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE IVINHEMA/MS - APURAÇÃO DA "DENÚNCIA" DE POSSÍVEL ASSÉDIO MORAL, OCORRIDO NAS DEPENDÊNCIAS DO HOSPITAL MUNICIPAL DE IVINHEMA - FORMALIZAÇÃO DE TAC - ABSTENÇÃO DE FAZER - ATUAÇÃO RESOLUTIVA DO PARQUET - AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR - PERDA SUPERVENIENTE DE OBJETO - ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. No curso do procedimento, verifica-se que o "Termo de Ajustamento de Conduta" celebrado às fls. 182/187, está em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, contando com cláusulas de abstenção de atividades vexatórias ou humilhantes a funcionários, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. Desta feita, conclui-se pela falta de plausibilidade para a manutenção do presente feito, eis que se esvaziou a pretensão ministerial, pela perda superveniente do interesse de agir para a tutela coletiva de conhecimento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.**

### **13. Inquérito Civil nº 06.2020.00000251-7**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: "Fazenda Santa Maria", Aristeu Alceu Carbonado e outros

Assunto: Apurar dano ambiental causado no imóvel rural de matrícula nº 14.781, com área de 160,5089 ha, de propriedade de Leonel Vargas Rondon, abrangido pelo Diagnóstico Ambiental das Propriedades que margeiam o Rio Apa.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE BELA VISTA/MS - APURAÇÃO DE DANO AMBIENTAL CAUSADO NO IMÓVEL RURAL DE MATRÍCULA Nº 14.781, COM ÁREA DE 160,5089, ABRANGIDO PELO DIAGNÓSTICO AMBIENTAL DAS PROPRIEDADES QUE MARGEIAM O RIO APA - ENUNCIADO Nº 11/2017 - APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS SOLICITADOS - ATUAÇÃO DO PARQUET COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. De início, cumpre esclarecer que o presente inquérito civil, originou-se a partir de Diagnóstico Ambiental das Propriedades que margeiam o Rio Apa. Compulsando-se os autos, denota-se que a "Fazenda Santa Maria" foi devidamente inscrita no Cadastro Ambiental Rural CAR sob o nº CARMS0006580 (fls. 181/184), bem como restando protocolado o PRADA Projeto de Área Degradada ou Alterada (fls. 173/178) e apresentado o Relatório Técnico Ambiental (fls. 107/118). Nesse sentido, com a apresentação dos documentos solicitados, há a incidência do Enunciado nº 11/2017. Assim, inexistente fundamento para o prosseguimento das investigações neste inquérito civil, ou mesmo para a propositura de ação civil pública, devendo o presente feito ser arquivado. Promoção de arquivamento - homologação.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.**

### **2.1.2. RELATORA-CONSELHEIRA ARIADNE DE FÁTIMA CANTÚ DA SILVA:**

#### **1. Inquérito Civil nº 06.2017.00002405-8**

11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Maria Margarete Alves Azambuja

Assunto: Apurar a regularidade da extração da vegetação nativa constatada no âmbito da operação "Cachorro-Vinagre", na fazenda Santa Amélia.

**Advogados: Piero Luigi Tomasetti - OAB/PR nº 37.758, Jairo de Quadro Filho - OAB/MS nº 11.911A e Bruno Pagani Quadro - OAB/MS nº 9.738.**

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE DOURADOS - APURAR A REGULARIDADE DE EXTRAÇÃO VEGETAL NATIVA NA FAZENDA SANTA AMÉLIA - OPERAÇÃO CACHORRO-VINAGRE - CELEBRAÇÃO



DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO INSTAURADO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Diligências suficientes para esclarecer e solucionar o objeto do Inquérito Civil. Supressão vegetal sem autorização do órgão ambiental competente. Celebrado TAC com observância aos requisitos e exigências legais. Obrigação de indenizar e adotar medidas para recuperar a área degradada. Procedimento de caráter fiscalizatório instaurado. Promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.**

## 2. Inquérito Civil nº 06.2018.00002248-6

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de São Gabriel do Oeste

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: João Ribeiro Guimarães Neto, proprietário da Fazenda Navalha.

Assunto: Apurar o desmatamento de aproximadamente 8,53 hectares de vegetação sem autorização do órgão competente, realizado na fazenda Navalha, de propriedade de João Ribeiro Guimarães Neto, localizada no Município de São Gabriel do Oeste.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE SÃO GABRIEL DO OESTE - APURAR O DESMATAMENTO DE APROXIMADAMENTE 8,53 HECTARES DE VEGETAÇÃO SEM AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO COMPETENTE, REALIZADO NA FAZENDA NAVALHA - OPERAÇÃO CERVO DO PANTANAL - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO INSTAURADO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Diligências suficientes para esclarecer e solucionar o objeto do Inquérito Civil. Supressão vegetal sem autorização do órgão ambiental competente. Celebrado TAC com observância aos requisitos e exigências legais. Obrigação de indenizar e comprovar inexistência de passivo ambiental. Procedimento de caráter fiscalizatório instaurado. Promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.**

## 3. Inquérito Civil nº 06.2021.00000336-4

32ª Promotoria de Justiça da Saúde da Comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridas: Hospital de Santa Casa de Campo Grande e a Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande

Assunto: Apurar se foram sanadas as irregularidades remanescentes na prestação de serviço público do Hospital Santa Casa de Campo Grande, tendo em vista as irregularidades na realização de exames laboratoriais de pacientes internados, que culminaram na rescisão contratual com o Laboratório CientificaLab.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMPO GRANDE - APURAR SE FORAM SANADAS AS IRREGULARIDADES REMANESCENTES NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DO HOSPITAL SANTA CASA DE CAMPO GRANDE, TENDO EM VISTA AS IRREGULARIDADES NA REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS - ATUAÇÃO RESOLUTIVA - HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO. Diligências suficientes para esclarecer e solucionar o objeto dos autos. Realização de reuniões internas com equipe técnica acerca de eventuais irregularidades. Erro em exame laboratorial que não ocasionou qualquer complicação clínica. Promovida rescisão contratual com o laboratório. Contratação de novo laboratório. Ausência de novas notícias de irregularidades. Promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.**

## 4. Inquérito Civil nº 06.2021.00000710-5

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Marilene Almeida Nogueira

Assunto: Apurar eventual supressão de vegetação sem autorização do órgão ambiental competente, ocorrida na Fazenda Campo Novo, situada no município de Rio Verde de Mato Grosso/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE RIO VERDE DE MATO GROSSO/MS - APURAR EVENTUAL SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO SEM AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO AMBIENTAL COMPETENTE, OCORRIDA NA FAZENDA CAMPO NOVO - PROGRAMA DNA AMBIENTAL - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO INSTAURADO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Diligências suficientes para esclarecer e solucionar o objeto do Inquérito Civil. Supressão vegetal sem autorização do órgão ambiental competente. Celebrado TAC com observância aos requisitos e



exigências legais. Obrigação de indenizar e adotar medidas necessárias para recuperação da área degradada. Procedimento de caráter fiscalizatório instaurado. Promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.**

#### **5. Inquérito Civil nº 06.2022.00000142-6**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Porto Murtinho

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Wanderley Rodrigues da Costa

Assunto: Apurar o desmatamento de 17,97 hectares na Fazenda Minha Mãe em Porto Murtinho, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico nº 234/21/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE PORTO MURTINHO - APURAR O DESMATAMENTO DE 17,97 HECTARES NA FAZENDA MINHA MÃE, SEM AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE AMBIENTAL COMPETENTE - PROGRAMA DNA AMBIENTAL - IMÓVEL INSCRITO NO CAR - AUSÊNCIA DE DANOS AMBIENTAIS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Diligências suficientes para esclarecer e solucionar o objeto dos autos. Limpeza de pastagem isenta de licenciamento ambiental. Atividade que não atingiu APP ou Reserva Legal. Área remanescente de vegetação nativa. Inexigibilidade de licenciamento. Ausência de danos ambientais. Inexistência de outras diligências a serem adotadas. Promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.**

#### **6. Inquérito Civil nº 06.2020.00000323-8**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Anastácio

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Antonio Carlos Sábio

Assunto: Apurar eventual irregularidade ambiental no imóvel denominado “Recanto Fraterno”, tal como consta na Ficha Cadastral nº 1033, no âmbito do Programa SOS Rios.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE ANASTÁCIO - APURAR EVENTUAL IRREGULARIDADE AMBIENTAL NO IMÓVEL DENOMINADO RECANTO FRATERNAL - PROGRAMA SOS RIOS - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO INSTAURADO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Diligências suficientes para esclarecer e solucionar o objeto do Inquérito Civil. Proprietário que realiza limpezas periódicas impedindo a regeneração de vegetação rasteira em APP. Celebrado TAC com observância aos requisitos e exigências legais. Obrigação de adotar medidas necessárias para recuperação da área degradada. Procedimento de caráter fiscalizatório instaurado. Promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.**

### **2.1.3. RELATOR-CONSELHEIRO FRANCISCO NEVES JÚNIOR:**

#### **1. Inquérito Civil n. 06.2016.00000280-5**

1ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Ponta Porã e o Sindicato Rural de Ponta Porã

Assunto: Investigar a observância da legislação urbanística e ambiental pelo empreendimento Loteamento Vila Jockey.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MEIO AMBIENTE - ORDEM URBANÍSTICA - LOTEAMENTO PÚBLICO IRREGULAR - TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA FIRMADO PARA ADEQUAÇÃO JURÍDICO-AMBIENTAL DO EMPREENDIMENTO - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO ESPECÍFICO PARA ACOMPANHAR O ADIMPLEMENTO DA AVENÇA - ARQUIVAMENTO DO APURATÓRIO DE ORIGEM - HOMOLOGAÇÃO. Sobrevindo a celebração de termo de ajustamento de conduta com obrigações suficientes à regularização urbanístico-ambiental do loteamento público objeto da investigação, cujo adimplemento será aquilutado em procedimento administrativo específico de controle, através do sistema eletrônico SAJ/MP, o arquivamento do apuratório de origem é medida que se impõe.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.**

#### **2. Inquérito Civil n. 06.2016.00000305-9**

1ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual





Requerido: Município de Ponta Porã

Assunto: Investigar a observância da legislação urbanística e ambiental pelo empreendimento Loteamento São Bernardo I.

**Procurador do Município: Ricardo Soares Sanches Dias - OAB/MS nº 11.558.**

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MEIO AMBIENTE - ORDEM URBANÍSTICA - LOTEAMENTO PÚBLICO IRREGULAR - TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA FIRMADO PARA ADEQUAÇÃO JURÍDICO-AMBIENTAL DO EMPREENDIMENTO - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO ESPECÍFICO PARA ACOMPANHAR O ADIMPLEMENTO DA AVENÇA - ARQUIVAMENTO DO APURATÓRIO DE ORIGEM - HOMOLOGAÇÃO. Sobrevindo a celebração de termo de ajustamento de conduta com obrigações suficientes à regularização urbanístico-ambiental do loteamento público objeto da investigação, cujo adimplemento será aquilatado em procedimento administrativo específico de controle, através do sistema eletrônico SAJ/MP, o arquivamento do apuratório de origem é medida que se impõe.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.**

### 3. Inquérito Civil nº 06.2016.00001590-0

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Pedro Gomes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa, consistente no pagamento e no recebimento irregular ou ilegal de diárias por parte de vereadores e servidores da Câmara de Vereadores de Pedro Gomes, nas legislaturas 2013/2016 e 2017/2020.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - PATRIMÔNIO PÚBLICO - PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL - “DIÁRIAS” DE VIAGEM - IRREGULARIDADES NÃO CONSTATADAS - FALTA DE JUSTA CAUSA PARA A ATUAÇÃO FUNCIONAL DO *PARQUET* - ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Esgotadas todas as diligências sem que tenha remanescido sobressalente qualquer das suspeitas conjecturadas em face dos gastos efetivados com “diárias” de viagem no âmbito do Poder Legislativo investigado, exsurge imponente o convencimento da inexistência de fundamento para a atuação funcional do *Parquet*.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.**

### 4. Inquérito Civil nº 06.2020.00000289-4

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Boijaguá - Parte II

Assunto: Apurar suposto dano ambiental decorrente da exploração de 42,20 hectares de vegetação nativa na propriedade denominada Fazenda Boijaguá - Parte II em Bela Vista/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MEIO AMBIENTE - SUPRESSÃO VEGETAL - DESMATE NÃO AUTORIZADO - TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA FIRMADO PARA COMPENSAÇÃO AMBIENTAL DOS DANOS - INSTAURAÇÃO DE EXPEDIENTE ADMINISTRATIVO ESPECÍFICO PARA ACOMPANHAR O ADIMPLEMENTO DA AVENÇA - ARQUIVAMENTO DO APURATÓRIO DE ORIGEM - HOMOLOGAÇÃO. Sobrevindo a celebração de termo de ajustamento de conduta, com obrigações suficientes à compensação ambiental dos danos causados pelo desmate irregular objeto da investigação, cujo adimplemento será aquilatado em procedimento administrativo específico de controle, através do sistema eletrônico SAJ/MP, o arquivamento do apuratório de origem é medida que se impõe.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.**

### 5. Inquérito Civil nº 06.2020.00000522-5

32ª Promotoria de Justiça de Saúde Pública da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Estado de Mato Grosso do Sul/Secretaria de Estado de Saúde de MS e o Município de Campo Grande/Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande

Assunto: Apurar a disponibilidade do uso do medicamento Cloroquina e/ou seu análogo Hidroxicloroquina para os hospitais referenciados ao enfrentamento do COVID-19 no Município de Campo Grande.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - CIDADANIA - SAÚDE PÚBLICA - DEVER DO ESTADO - DISPONIBILIZAÇÃO DE CLOROQUINA/HIDROXICLOROQUINA EM HOSPITAIS REFERENCIADOS PARA TRATAMENTO DA COVID-19 - AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO CIENTÍFICA QUANTO À EFICÁCIA, ACURÁCIA, SEGURANÇA E EFETIVIDADE DO MEDICAMENTO - FALTA DE JUSTA CAUSA PARA A ATUAÇÃO FUNCIONAL DO



*PARQUET* - ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. A garantia de acesso integral à saúde se sujeita aos critérios intrinsecos da medicina baseada em evidência, considerada a eficácia, a acurácia, a segurança e a efetividade do medicamento. Sendo assim, à falta de comprovação científica robusta que embasa a utilização da cloroquina/hidroxiquina como terapia eficaz para tratamento de pacientes hospitalizados com COVID-19, não há como se impor ao Estado o dever de fornecê-la gratuitamente na rede pública de saúde, do que exsurge imponente o convencimento da inexistência de fundamento para a atuação funcional do *Parquet* para tutela coletiva.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.**

#### 6. Inquérito Civil nº 06.2020.00001267-0

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Jardim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Perpétua Maria Barreto Wanderley

Assunto: Apurar a ocorrência de dano ambiental constante no Auto de Infração nº 4797 e no Laudo de Constatação nº 05848, ocorrido na Fazenda Rancho Novo, de propriedade de Perpétua Maria Barreto Wanderley, localizada no município de Jardim/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MEIO AMBIENTE - ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE - SUPRESSÃO VEGETAL SEM AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO COMPETENTE - TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA FIRMADO PARA COMPENSAÇÃO AMBIENTAL DOS DANOS - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO ESPECÍFICO PARA ACOMPANHAR O ADIMPLEMENTO DA AVENÇA - ARQUIVAMENTO DO APURATÓRIO DE ORIGEM - HOMOLOGAÇÃO. Sobrevindo a celebração de termo de ajustamento de conduta com obrigações suficientes à compensação ambiental dos danos causados pelo desmate irregular objeto da investigação, cujo adimplemento será aquilutado em procedimento administrativo específico de controle, através do sistema eletrônico SAJ/MP, o arquivamento do apuratório de origem é medida que se impõe.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.**

#### 7. Inquérito Civil nº 06.2021.00000680-6

5ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Corumbá

Requerente: Ouvidoria do Ministério Público Estadual

Requerido: Bloco Chupeta

Assunto: Apurar propaganda enganosa veiculada pelo Bloco Chupeta no Carnaval 2020, consistente na falsa informação de destinação dos recursos arrecadados com as vendas dos ingressos ao Asilo local.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - CONSUMIDOR - PUBLICIDADE ENGANOSA - EVENTO BENEFICENTE - PROMESSA DE DESTINAÇÃO DE RECURSOS ARRECADADOS A ENTIDADE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - IRREGULARIDADES NÃO CONSTATADAS - FALTA JUSTA CAUSA PARA A INTERVENÇÃO FUNCIONAL DO *PARQUET* - ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Esgotadas todas as diligências sem que tenha sido demonstrado qualquer comportamento enganoso por parte do requerido, que agiu pautado pela boa-fé e pela confiança legítima, na veiculação do anúncio publicitário objeto da investigação, exsurge imponente o convencimento da inexistência de fundamento para a atuação funcional do *Parquet*.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.**

#### 2.1.4. RELATOR-CONSELHEIRO AROLDJO JOSÉ DE LIMA:

##### 1. Inquérito Civil nº 06.2018.00002943-5

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Jarbas Sotero Prebitz

Assunto: Apurar o cometimento de ato de improbidade administrativa pelo policial civil Jarbas Sotero Prebitz.

**Advogado: Fábio Castro Leandro - OAB/MS nº 9.448.**

**Retirado desta sessão de julgamento virtual em razão do pedido da Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva para inclusão em pauta presencial.**

##### 2. Inquérito Civil nº 06.2021.00000025-6

42ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerentes: Ministério Público Estadual e Pedro de Castilho Garcia

Requeridos: Município de Campo Grande, Consórcio Guaicurus e as Viações Cidade Morena Ltda, São Francisco Ltda, Jaguar Transportes Urbanos Ltda, Campo Grande Ltda.

Assunto: Apurar o cumprimento do contrato no que tange ao atendimento do Marco Executivo Contratual Temporal:



Matriz Origem-Destino, contido no item 8.1.2 da Cláusula Oitava no Contrato de Concessão nº 330/2012 que, consequentemente, permitirá a atualização do PDTMU (Plano Diretor de Transporte e Mobilidade Urbana).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MEIO AMBIENTE - TRANSPORTE URBANO COLETIVO - CONTRATO DE CONCESSÃO - APURAR O CUMPRIMENTO DO CONTRATO NO QUE TANGE AO ATENDIMENTO DO MARCO EXECUTIVO CONTRATUAL TEMPORAL: "MATRIZ ORIGEM-DESTINO" - ATUALIZAÇÃO PDTMU - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - NÃO CONSTATAÇÃO DE IRREGULARIDADES - PARECER DAEX - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. As diligências empreendidas não constataram as irregularidades objeto da portaria do Inquérito Civil, nem parcialmente; 2. Após apuração dos fatos, constatou-se a veracidade dos resultados da pesquisa "matriz origem-destino", a qual atende o cumprimento do Marco Contratual estabelecido no Contrato objeto dos autos, de modo a cumprir seu papel de bem instruir e instrumentalizar a atualização do PDTMU; 3. Ressalta-se que os requeridos apresentaram os esclarecimentos pertinentes, assim, a finalidade do procedimento foi atingida. HOMOLOGAÇÃO.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.**

### 3. Inquérito Civil nº 06.2016.00000231-6

1ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Ponta Porã, Luiz Fernando Novaes, Leyr Godoy Novaes, José Carpes e Maria da Glória Torres Carpes

Assunto: Investigar a observância da legislação urbanística e ambiental pelo empreendimento Loteamento Vila Benito Almiron, localizado no município de Ponta Porã.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - LOTEAMENTO COM PROBLEMAS ESTRUTURAIS, AMBIENTAIS E DOCUMENTAIS - OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PARA LEGALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO - PLANO DE AÇÃO PARA REGULARIZAÇÃO DAS ÁREAS - CELEBRAÇÃO DE TAC - INSTAURAÇÃO DE P.A. - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Deficiência técnica por parte do Município de Ponta Porã/MS na fiscalização de vários loteamentos, dentre eles o denominado Loteamento Vila Benito Almiron, que possui diversas irregularidades. Após intervenção ministerial, a municipalidade se comprometeu a fazer Termo de Referência-TDR e regularizar todos os empreendimentos que foram registrados no ente federado ao longo dos anos, culminando na elaboração de Termo de Ajustamento de Conduta-TAC; 2. Logo, com Procedimento Administrativo-PA instaurado para acompanhar e fiscalizar o cumprimento do pactuado no TAC, a promoção de arquivamento deve ser homologada. HOMOLOGAÇÃO.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.**

### 4. Inquérito Civil nº 06.2016.00000852-1

1ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Ponta Porã

Assunto: Investigar a observância da legislação urbanística e ambiental pelo empreendimento Loteamento Vila Rodoviária I, neste Município.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - LOTEAMENTO COM PROBLEMAS ESTRUTURAIS, AMBIENTAIS E DOCUMENTAIS - OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PARA LEGALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO - PLANO DE AÇÃO PARA REGULARIZAÇÃO DAS ÁREAS - CELEBRAÇÃO DE TAC - INSTAURAÇÃO DE P.A. - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Deficiência técnica por parte do Município de Ponta Porã/MS na fiscalização de vários loteamentos, dentre eles o denominado Loteamento Vila Rodoviária I, que possui diversas irregularidades. Após intervenção ministerial, a municipalidade se comprometeu a fazer Termo de Referência-TDR e regularizar todos os empreendimentos que foram registrados no ente federado ao longo dos anos, culminando na elaboração de Termo de Ajustamento de Conduta-TAC; 2. Logo, com Procedimento Administrativo-PA instaurado para acompanhar e fiscalizar o cumprimento do pactuado no TAC, a promoção de arquivamento deve ser homologada. HOMOLOGAÇÃO.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.**

### 5. Inquérito Civil nº 06.2016.00001247-0

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Nilson Brognoli e Mariana de Mello Macedo Castro

Assunto: Apurar a ocorrência de dano ambiental no imóvel rural Fazenda Pato Branco em virtude de desmatamento ilegal





de vegetação do Bioma Mata Atlântica em processo de regeneração, bem como investigar a instituição e conservação de área de reserva legal na propriedade.

**Advogado: Rodrigo Otano Simões - OAB/MS nº 7.993.**

**EMENTA:** INQUÉRITO CIVIL - DESMATAMENTO ILEGAL EM PROPRIEDADE RURAL - INVESTIGAR INSTITUIÇÃO E CONSERVAÇÃO DE RESERVA LEGAL - CONSTATAÇÃO DAS IRREGULARIDADES - OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PARA A REGULARIZAÇÃO DO IMÓVEL - CELEBRAÇÃO DE TAC - INSTAURAÇÃO DE P.A. - ARQUIVAMENTO HOMOLOGADO. 1. Propriedade rural autuada por apresentar diversas irregularidades ambientais, constatadas através de Relatório do IBAMA. Após intervenção ministerial, os compromissários se comprometeram a sanear as irregularidades e regularizar a situação jurídico-ambiental do imóvel, culminando na elaboração de Termo de Ajustamento de Conduta; 2. Logo, com Procedimento Administrativo-PA instaurado para acompanhar e fiscalizar o cumprimento do pactuado no TAC, a promoção de arquivamento deve ser homologada. HOMOLOGAÇÃO.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.**

#### **6. Inquérito Civil nº 06.2018.00001086-8**

1ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Ponta Porã e a Conseng Consultoria e Engenharia e Incorporações Ltda.

Assunto: Investigar a observância da legislação urbanística e ambiental pelo empreendimento Residencial Bosque Carandá, localizado no município de Ponta Porã/MS.

**Procurador do Município: Ricardo Soares Sanches Dias - OAB/MS nº 11.558.**

**EMENTA:** INQUÉRITO CIVIL - LOTEAMENTO COM PROBLEMAS ESTRUTURAIS, AMBIENTAIS E DOCUMENTAIS - OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PARA LEGALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO - PLANO DE AÇÃO PARA REGULARIZAÇÃO DAS ÁREAS - CELEBRAÇÃO DE TAC - INSTAURAÇÃO DE P.A. - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Deficiência técnica por parte do Município de Ponta Porã/MS na fiscalização de vários loteamentos, dentre eles o denominado Residencial Bosque Carandá, que possui diversas irregularidades. Após intervenção ministerial, a municipalidade se comprometeu a fazer Termo de Referência-TDR e regularizar todos os empreendimentos que foram registrados no ente federado ao longo dos anos, culminando na elaboração de Termo de Ajustamento de Conduta-TAC; 2. Logo, com Procedimento Administrativo-PA instaurado para acompanhar e fiscalizar o cumprimento do pactuado no TAC, a promoção de arquivamento deve ser homologada. HOMOLOGAÇÃO.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.**

#### **7. Inquérito Civil nº 06.2020.00000102-9**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Chapadão do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Ronilson Mota Dourado e Pedro Zamban Neto

Assunto: Promover a intervenção ambiental adequada para recuperação da nascente nº 207, localizada nas Fazendas 4R III e Santo Antônio, no município de Chapadão do Sul.

**EMENTA:** INQUÉRITO CIVIL - INTERVENÇÃO AMBIENTAL PARA RECUPERAÇÃO DE NASCENTE - PROJETO PRESERVÁGUA - CONSTATAÇÃO DE IRREGULARIDADES - CELEBRAÇÃO DE TAC COM UM DOS PROPRIETÁRIOS - OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PARA REGULARIZAÇÃO DO IMÓVEL - INSTAURAÇÃO DE P.A. - NOVO I.C. PARA INTERVENÇÃO NA OUTRA PROPRIEDADE - ARQUIVAMENTO HOMOLOGADO. 1. Constatou-se que duas propriedades rurais apresentavam irregularidades ambientais, sendo necessária a readequação do sistema de conservação de solo. Após intervenção ministerial, o proprietário da Fazenda Santo Antônio se comprometeu a regularizar a situação jurídico-ambiental do imóvel, culminando na elaboração de Termos de Ajustamento de Conduta. Diante disso, instaurou-se Procedimento Administrativo-PA para acompanhar e fiscalizar o cumprimento do pactuado no TAC; 2. Outrossim, instaurou-se novo Inquérito Civil para dar continuidade as investigações em relação a Fazenda 4R III, de modo que a promoção de arquivamento deve ser homologada. HOMOLOGAÇÃO.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.**

#### **8. Inquérito Civil nº 06.2020.00001010-6**

76ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridas: Fundação Serviços de Saúde do Estado de Mato Grosso do Sul - FUNSAU e a Secretaria de Estado de Saúde - SES.



Assunto: Apurar as medidas que serão adotadas para reduzir o déficit de enfermeiros e técnicos de enfermagem no Hospital Regional de Mato Grosso do Sul.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - SAÚDE - APURAR DÉFICIT DE ENFERMEIROS E TÉCNICOS DE ENFERMAGEM NO HRMS - AÇÃO CIVIL PÚBLICA COM O MESMO OBJETO - LITISPENDÊNCIA - INSTAURAÇÃO DE P.A. PARA ACOMPANHAR AS MEDIDAS ADOTADAS PELO HRMS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Verifica-se que os fatos apurados neste IC estão sendo investigados na Ação Civil Pública nº 5004130-04.2019.4.03.6000, que tramita perante a 4ª Vara Federal de Campo Grande/MS, assim, há duplicidade de procedimentos com o mesmo fim, configurando-se o instituto da litispendência; 2. Visto que o Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso do Sul já promoveu medidas judiciais cabíveis para sanear o déficit de enfermeiros e técnicos de enfermagem do Hospital Regional de Mato Grosso do Sul, o arquivamento dos autos é medida que se impõe; 3. Instauração de Procedimento Administrativo-PA para acompanhar as medidas adotadas pela unidade hospitalar. HOMOLOGAÇÃO.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.**

## 9. Inquérito Civil nº 06.2022.00000159-2

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Amambai, Edinaldo Luiz de Melo Bandeira, Prefeito Municipal de Amambai

Assunto: Notícia de suposto desvio de dinheiro público do Município de Amambai para fins particulares com a construção de um bueiro celular em propriedade privada.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - PROIBIDADE ADMINISTRATIVA - OBRA REALIZADA NO INTERIOR DE PROPRIEDADE PRIVADA - FIM QUE NÃO ALCANÇOU O INTERESSE PÚBLICO - CELEBRAÇÃO DE TAC - OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PARA RESSARCIR O VALOR DESPENDIDO PELO ERÁRIO - INSTAURAÇÃO DE P.A. - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Bueiro Celular de concreto construído com verba pública em imóvel privado, não se caracterizando local de passeio público e não tendo atendido o interesse público proposto. Após intervenção ministerial, o proprietário assumiu o compromisso de ressarcir o Município de Amambai/MS pelo valor despendido na obra, culminando na elaboração de Termo de Ajustamento de Conduta-TAC; 2. Logo, com Procedimento Administrativo-PA instaurado para acompanhar e fiscalizar o cumprimento do pactuado no TAC, a promoção de arquivamento deve ser homologada. HOMOLOGAÇÃO.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.**

### 2.1.5. RELATOR-CONSELHEIRO GERARDO ERIBERTO DE MORAIS:

#### 1. Inquérito Civil nº 06.2020.00000624-6

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Costa Rica

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Ana Maria Martin Gonçalves, Fábio Martin Gonçalves e Ricardo Martin Gonçalves

Assunto: Apurar desmatamento de 15,35 hectares em área de Savana Arborizada, Gramíneo-lenhoso e Floresta Aluvial, na Fazenda Roncador, em Costa Rica, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer nº 167/20/NUGEO (Programa DNA Ambiental - 2020).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR DESMATAMENTO DE 15,35 HECTARES EM ÁREA DE SAVANA ARBORIZADA, GRAMÍNEO-LENHOSO E FLORESTA ALUVIAL, NA FAZENDA RONCADOR, EM COSTA RICA, SEM AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE AMBIENTAL COMPETENTE, CONFORME PARECER N. 167/20/NUGEO (PROGRAMA DNA AMBIENTAL - 2020) - NÃO CONSTATAÇÃO DE IRREGULARIDADES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. A partir das diligências investigatórias realizadas, vislumbrou-se que não houve irregularidade passível de ajuizamento de Ação Civil Pública, de modo que não há mais diligências a serem efetivadas. 2. Restou devidamente demonstrado que não houve infração ambiental no caso em testilha, uma vez que a área apontada no parecer Nugeo dispunha de autorização ambiental para supressão vegetal. 3. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 4. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.**

#### 2. Inquérito Civil nº 06.2018.00000581-0

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Bruno Iochio Mori, André Ossamu Mori e Isabela Yumi Mori Cota



Assunto: Apurar regularidade jurídico-ambiental da propriedade rural denominada 'Estância Graça' localizada no município de Ponta Porã/MS.

**EMENTA:** INQUÉRITO CIVIL - APURAR REGULARIDADE JURÍDICO-AMBIENTAL DA PROPRIEDADE RURAL DENOMINADA "ESTÂNCIA GRAÇA", LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE PONTA PORÃ/MS - NÃO CONSTATAÇÃO DE IRREGULARIDADES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. A partir das diligências investigatórias realizadas, vislumbrou-se que não houve irregularidade passível de ajuizamento de Ação Civil Pública, de modo que não há mais diligências a serem efetivadas. 2. Restou devidamente demonstrado que não houve infração ambiental no caso em testilha, uma vez que não houve desmatamento na área apontada no Parecer Nugeo n. 197/16. 3. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 4. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação:** O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

### 3. Procedimento Preparatório nº 06.2021.00001119-7

30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa decorrente de possível fraude no Pregão Eletrônico nº 019/2021-SAD, para a compra de cobertores, decorrente de suposto conluio praticado por empresas com o fim de frustrar a competitividade.

**EMENTA:** PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - APURAR EVENTUAL ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA DECORRENTE DE POSSÍVEL FRAUDE NO PREGÃO ELETRÔNICO N. 019/2021-SAD, PARA A COMPRA DE COBERTORES, DECORRENTE DE SUPOSTO CONLUIO PRATICADO POR EMPRESAS COM O FIM DE FRUSTRAR A COMPETITIVIDADE - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS – NÃO CONSTATAÇÃO DE IRREGULARIDADES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Verifica-se que as diligências empreendidas não constatarem as irregularidades objeto da portaria do procedimento preparatório, que visava apurar eventual fraude no Pregão Eletrônico n. 019/2021-SAD, decorrente de conluio por empresas com o fim de frustrar a competitividade; 2. Provas coligidas no procedimento apuratório não revelaram indícios suficientemente aptos à configurar a alegada fraude licitatória, bem como não revelaram prejuízo ao erário, sendo o arquivamento medida que se impõe; 3. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007 PGJ (Inquérito Civil); 4. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação:** O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

### 4. Inquérito Civil nº 06.2016.00000235-0

1ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Ponta Porã

Assunto: Investigar a observância da legislação urbanística e ambiental pelo empreendimento Loteamento Residencial São Rafael, localizado no município de Ponta Porã.

**Procurador do Município:** Ricardo Soares Sanches Dias - OAB/MS nº 11.558.

**EMENTA:** INQUÉRITO CIVIL - INVESTIGAR A OBSERVÂNCIA DA LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA E AMBIENTAL PELO EMPREENDIMENTO LOTEAMENTO RESIDENCIAL SÃO RAFAEL, LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE PONTA PORÃ - TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que as irregularidades objeto da portaria do inquérito civil foram sanadas mediante celebração de ajuste de conduta TAC com o compromissário, o qual se comprometeu em realizar as obrigações contidas nas fls. 525-536. 2. Consigne-se que foi instaurado o PA nº 09.2022.00004932-1 para o acompanhamento e fiscalização do TAC celebrado no bojo deste IC e, na linha do enunciado nº 9/2016 do CSMPMS, o arquivamento é de rigor pela perda de objeto, posto que as irregularidades inicialmente apontadas foram objeto de TAC. 3. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 4. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação:** O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

**5. Inquérito Civil nº 06.2016.00000291-6**

1ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Ponta Porã e OGA Empreendimentos Imobiliários Ltda.

Assunto: Investigar a observância da legislação urbanística e ambiental pelo empreendimento Loteamento Residencial Júlia de Oliveira Cardinal.

**Procurador do Município: Ricardo Soares Sanches Dias - OAB/MS nº 11.558.**

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - INVESTIGAR A OBSERVÂNCIA DA LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA E AMBIENTAL PELO EMPREENDIMENTO LOTEAMENTO RESIDENCIAL JÚLIA DE OLIVEIRA CARDINAL - TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que as irregularidades objeto da portaria do inquérito civil foram sanadas mediante celebração de ajuste de conduta TAC com o compromissário, o qual se comprometeu em realizar as obrigações contidas nas fls. 683-694. 2. Consigne-se que foi instaurado o PA nº 09.2022.00004932-1 para o acompanhamento e fiscalização do TAC celebrado no bojo deste IC e, na linha do enunciado nº 9/2016 do CSMPMS, o arquivamento é de rigor pela perda de objeto, posto que as irregularidades inicialmente apontadas foram objeto de TAC. 3. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 4. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.**

**6. Inquérito Civil nº 06.2018.00001089-0**

1ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Ponta Porã e a Conseng Consultoria, Engenharia e Incorporações Ltda.

Assunto: Investigar a observância da legislação urbanística e ambiental do Loteamento Bosque Carandá II, localizado no município de Ponta Porã/MS. (IC nº 33/2015/01ªPJPP, migrado para o sistema SAJMP).

**Procurador do Município: Ricardo Soares Sanches Dias - OAB/MS nº 11.558.**

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - INVESTIGAR A OBSERVÂNCIA DA LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA E AMBIENTAL DO LOTEAMENTO BOSQUE CARANDÁ II, LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE PONTA PORÃ/MS - TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que as irregularidades objeto da portaria do inquérito civil foram sanadas mediante celebração de ajuste de conduta TAC com o compromissário, o qual se comprometeu em realizar as obrigações contidas nas fls. 554-565. 2. Consigne-se que foi instaurado o PA nº 09.2022.00004932-1 para o acompanhamento e fiscalização do TAC celebrado no bojo deste IC e, na linha do enunciado nº 9/2016 do CSMPMS, o arquivamento é de rigor pela perda de objeto, posto que as irregularidades inicialmente apontadas foram objeto de TAC. 3. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 4. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.**

**7. Inquérito Civil nº 06.2018.00001109-0**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Hugo Silvestre Neto

Assunto: Apurar situação jurídico-ambiental da propriedade rural Fazenda Cava localizada no município de Ponta Porã, bem como suposto desmatamento ilegal de árvores nativas.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR SITUAÇÃO JURÍDICO-AMBIENTAL DA PROPRIEDADE RURAL FAZENDA CAVA, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE PONTA PORÃ, BEM COMO SUPOSTO DESMATAMENTO ILEGAL DE ÁRVORES NATIVAS - NÃO CONSTATAÇÃO DE DANO AMBIENTAL A SER REPARADO - ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA COM PAGAMENTO DE VALOR À TÍTULO DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. A partir das diligências investigatórias realizadas, vislumbrou-se que não houve irregularidade passível de ajuizamento de Ação Civil Pública, de modo que não há mais diligências a serem efetivadas; 2. Considerando a inexistência de conduta a ser ajustada e ausência de danos em área protegida, bem como diante do pagamento de quantia certa, pelo requerido, para fins de compensação ambiental, não se vislumbra a necessidade de diligências complementares; 3. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior





prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 4. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.**

#### **8. Inquérito Civil nº 06.2019.00000592-5**

11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Oca Ambiental LTDA-ME

Assunto: Apurar notícia de que a empresa Oca Ambiental não possui credenciamento e registro junto à IAGRO para atividade de recebimento de embalagens de produtos agrotóxicos, seus componentes e afins.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR NOTÍCIA DE QUE A EMPRESA OCA AMBIENTAL NÃO POSSUI CREDENCIAMENTO E REGISTRO JUNTO À IAGRO PARA ATIVIDADE DE RECEBIMENTO DE EMBALAGENS DE PRODUTOS AGROTÓXICOS, SEUS COMPONENTES E AFINS - IRREGULARIDADES CONSTATADAS E SANADAS - ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. A partir das diligências investigatórias realizadas, vislumbrou-se que não remanesce irregularidade passível de ajuizamento de Ação Civil Pública, de modo que não há mais diligências a serem efetivadas; 2. Não restou demonstrada a ocorrência de dano ambiental, bem como a empresa requerida, no curso das investigações, cessou o recebimento de embalagens de produtos agrotóxicos; 3. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 4. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.**

#### **9. Inquérito Civil nº 06.2022.00000132-6**

25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Federação de Futebol de MS

Assunto: Averiguar as condições de segurança do torcedor no Estádio Pedro Pedrossian - "Moreirão", localizado na cidade de Campo Grande/MS, o qual será utilizado na competição desportiva referente ao Campeonato Sul-Mato-Grossense de Futebol Profissional - Série A - Edição 2022.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - AVERIGUAR AS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA DO TORCEDOR NO ESTÁDIO PEDRO PEDROSSIAN "MOREIRÃO", LOCALIZADO NA CIDADE DE CAMPO GRANDE/MS, O QUAL SERÁ UTILIZADO NA COMPETIÇÃO DESPORTIVA REFERENTE AO CAMPEONATO SULMATO-GROSSENSE DE FUTEBOL PROFISSIONAL - SÉRIE A - EDIÇÃO 2022 - ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando o objeto da portaria do inquérito civil, verifica-se que o feito atingiu seu intento, sem a necessidade de celebração de ajuste de conduta ou de ação civil pública; 2. Observa-se que foram colacionados aos autos os devidos laudos de prevenção e combate à incêndio e pânico, de segurança, de engenharia e de condições sanitárias e higiene, além de contratos dos times com empresas de segurança privada, serviço de emergência médica, gerente de segurança, orientador de público e apólice de seguro torcedor, não havendo justificativa para que o Inquérito Civil ora em discussão permaneça em andamento; 3. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 4. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.**

#### **10. Inquérito Civil nº 06.2019.00000417-0**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social comarca de Deodápolis

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Valmir de Lima Manoel, Elizabete Nunes da Mota Manoel e José Manoel Rosa

Assunto: Apurar eventual ocorrência de ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito praticado contra o Município de Deodápolis/MS, previsto no art. 9º, caput, e inciso II, da Lei nº 8.429/90, considerando a presença de indícios de percepção de vantagem econômica indevida em razão de cargo público e de mandato, em tese, praticado por Valmir de Lima Manoel, Elizabete Nunes da Mota Manoel, José Manoel Rosa e R&A Editora Jornalística Ltda, consistentes no recebimento de valores indevidos desta última oriundo de pagamento do Contrato Administrativo referente ao Processo Licitatório nº 1/2013 - Modalidade Carta Convite nº 1/2013.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR EVENTUAL OCORRÊNCIA DE ATO DE IMPROBIDADE



ADMINISTRATIVA QUE IMPORTA EM ENRIQUECIMENTO ILÍCITO, EM VISTA DA EXISTÊNCIA DE INDÍCIOS DE PERCEPÇÃO DE VANTAGEM ECONÔMICA INDEVIDA POR VALMIR DE LIMA MANOEL, ELIZABETE NUNES DA MOTA MANOEL E JOSÉ MANOEL ROSA, DECORRENTE DO PAGAMENTO DE "MENSALINHO" AOS REQUERIDOS, PELA EMPRESA R&A EDITORA JORNALÍSTICA LTDA - NECESSIDADE DE DILIGÊNCIAS COMPLEMENTARES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO NÃO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se prematuro o arquivamento deste procedimento, visto que não se pode afirmar, com a certeza necessária, a não ocorrência de ato ímprobo; 2. Portanto, é de se convir que os dados coligidos neste procedimento são insuficientes, sendo necessário o retorno dos autos à Promotoria de Justiça de origem para dar continuidade ao presente feito, mormente para realização de oitivas complementares e juntada informações/documentos que contribuam à completa elucidação dos fatos; 3. Ressalta-se que conforme estabelece o art. 26 da Resolução nº 15/2007-PGJ, o arquivamento do inquérito civil só ocorrerá após o esgotamento das diligências; 4. Promoção de arquivamento não homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, não homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.**

#### **2.1.6. RELATORA-CONSELHEIRA LENIRCE APARECIDA AVELLANEDA FURUYA:**

##### **1. Inquérito Civil n.º 06.2021.00000842-6**

26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Manduvi Agrícola e Pecuária Ltda Fazenda Camisa

Assunto: Colher elementos de convicção para melhor direcionar a atuação deste Parquet, visando apurar o desmatamento, possivelmente irregular, realizado na Fazenda Camisa.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMPO GRANDE - DANO AMBIENTAL - SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA SEM AUTORIZAÇÃO DOS ÓRGÃOS COMPETENTES - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - TAC DE ACORDO COM O ART. 33 AO 43 DA RESOLUÇÃO N.º 15/2007 - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO VISANDO ACOMPANHAR E FISCALIZAR SEU CUMPRIMENTO - INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N.º 09 DO CSMP - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, denota-se que o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) encontra-se de acordo com o regramento capitulado no art. 33 ao art. 43 da Resolução PGJ n.º 15/2007. Ademais, verifica-se que foi instaurado Procedimento Administrativo, com o fim de acompanhar e fiscalizar o cumprimento integral do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), conforme preceitua o art. 39 da Resolução n.º 15/2012 da PGJ. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.**

#### **2. Procedimento Preparatório n.º 06.2022.00000231-4**

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Paranaíba

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Paranaíba

Assunto: Apurar eventuais irregularidades em contratação realizada no âmbito do município de Paranaíba.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - COMARCA DE PARANAÍBA - APURAR SUPOSTAS IRREGULARIDADES EM NOMEAÇÕES, PAGAMENTOS DE DIÁRIAS E LICITAÇÕES - NÃO COMPROVAÇÃO DOS FATOS NOTICIADOS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que as irregularidades noticiadas não foram comprovadas, uma vez que todas as diárias pagas a servidores municipais dependem de prévia apresentação de relatório de viagem e declaração de presença. De igual modo, não foi possível apurar qualquer ilegalidade nas nomeações, tendo em vista que se trata de cargos políticos e em comissão. Por fim, também não há quaisquer indícios que pudessem apontar a ocorrência de fraudes ou direcionamento nas licitações, as quais ocorreram com ampla concorrência e a efetiva contratação de diversas empresas, conforme o menor preço ofertado item a item. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.**

#### **2.1.7. RELATORA-CONSELHEIRA MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO:**

##### **1. Inquérito Civil n.º 06.2018.00002421-8**

34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual



Requerido: Brookfield Incorporações S/A

Assunto: Apurar eventuais irregularidades no licenciamento ambiental do loteamento e condomínios do residencial Nelson Trad, consistentes na suficiência ou não do isolamento acústico dos condomínios e do rebaixamento do lençol freático.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMPO GRANDE - MEIO AMBIENTE - APURAR EVENTUAIS IRREGULARIDADES NO LICENCIAMENTO AMBIENTAL DO LOTEAMENTO E CONDOMÍNIOS DO RESIDENCIAL NELSON TRAD - VISTORIA TÉCNICA PELO DAEX - SUFICIÊNCIA DO ISOLAMENTO ACÚSTICO ATESTADA - REBAIXAMENTO DO LENÇOL FREÁTICO NÃO EXECUTADO - DRENAGEM SUPERFICIAL E INTERNA SATISFATÓRIA PARA O CONDOMÍNIO - PERDA DO OBJETO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. O arquivamento do inquérito civil se justifica, porquanto o DAEX identificou a suficiência do isolamento acústico dos condomínios, bem como do sistema de drenagem implementado, inexistindo irregularidade, tampouco dano ambiental que justifique a manutenção da atuação do órgão de execução. Objeto esvaziado. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.**

## 2. Inquérito Civil nº 06.2021.00000703-8

2ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Aral Moreira

Assunto: Apurar possível descumprimento dos padrões mínimos de qualidade exigidos no índice do IDEB, pela educação fundamental do Município de Aral Moreira.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE PONTA PORÃ - MUNICÍPIO DE ARAL MOREIRA - INFÂNCIA E JUVENTUDE - APURAR POSSÍVEL DESCUMPRIMENTO DOS PADRÕES MÍNIMOS DE QUALIDADE (IDEB) NA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL - PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO - QUALIDADE SATISFATÓRIA DO ENSINO PÚBLICO FUNDAMENTAL - AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. O arquivamento do inquérito se justifica, porquanto restou constatada a qualidade satisfatória do ensino público fundamental do Município de Aral Moreira. O órgão de execução identificou que a municipalidade e o Estado estão investindo em planejamento pedagógico, no intuito de adequar as avaliações escolares às metas nacionais de ensino. Apenas uma unidade escolar apresentou resultado abaixo do esperado, fato que não pode ser generalizado para todo o ensino público de Aral Moreira, o que afasta a justa causa para manutenção do inquérito. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.**

## 3. Inquérito Civil nº 06.2017.00000123-2

1ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Ponta Porã

Assunto: Investigar a adequação e eficiência do serviço público prestado pelo Centro de Controle de Zoonoses de Ponta Porã ante a notícia de precarização das instalações, falta de insumos e de recursos humanos.

**Procurador do Município: Ricardo Soares Sanches Dias - OAB/MS nº 11.558.**

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE PONTA PORÃ - MEIO AMBIENTE - INVESTIGAR A ADEQUAÇÃO E EFICIÊNCIA DO SERVIÇO PRESTADO PELO CENTRO DE CONTROLE DE ZOONOSES (CCZ) - MELHORIAS IMPLEMENTADAS - ATENDIMENTO SATISFATÓRIO - ATUAÇÃO RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. O arquivamento do inquérito civil se justifica porquanto as irregularidades apontadas foram devidamente sanadas após atuação resolutiva do órgão de execução. Houve implementação de melhorias nas instalações, aquisição de insumos e elaboração de Plano de Ação anual para controle e prevenção de zoonoses. Objeto esvaziado. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.**

## 4. Inquérito Civil nº 06.2019.00000920-0

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Neli Clarindo de Souza





Assunto: Apurar o desmatamento de 19,00 hectares, na propriedade rural denominada Fazenda Novo Império, situada em Coxim/MS, conforme Parecer do NUGEO nº 778/17.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE COXIM - MEIO AMBIENTE - APURAR O DESMATAMENTO DE 19 HECTARES NA FAZENDA NOVO IMPÉRIO - IRREGULARIDADE CONSTATADA - TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA CELEBRADO - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA ACOMPANHAMENTO INSTAURADO - ATENDIMENTO DO ENUNCIADO Nº 09 DO CSMP - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. A celebração de Termo de Ajustamento de Conduta incluindo obrigações de fazer, não fazer e reparar os danos ambientais, justifica o arquivamento do Inquérito Civil. O Procedimento Administrativo para acompanhar o cumprimento das cláusulas do acordo foi devidamente instaurado pela Promotoria de Justiça de origem. Decisão em conformidade com o Enunciado nº 09 do Conselho Superior do Ministério Público. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.**

#### 5. Inquérito Civil nº 06.2021.00000797-1

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: André Hayoshi

Assunto: Apurar a regularidade da supressão de 189,47 hectares de vegetação nativa, no período de 16/07/2013 a 23/01/2016, fora dos polígonos autorizados na AA nº 247/2012, bem como de 6,49 hectares, no período de 16/09/2016 a 06/09/2017, fora da vigência da autorização AA nº 247/2012, ambos no interior do imóvel rural “Fazenda Piracicaba I” (CARMS0012100), pertencente a André Hayoshi, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais ou em desacordo com a concedida e contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CORUMBÁ - MEIO AMBIENTE - APURAR A REGULARIDADE DA SUPRESSÃO DE 189,47 HECTARES DE VEGETAÇÃO NATIVA NA FAZENDA PIRACICABA I - AUSÊNCIA DE LICENÇA AMBIENTAL - IRREGULARIDADE CONSTATADA - TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA CELEBRADO - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA ACOMPANHAMENTO INSTAURADO - ATENDIMENTO DO ENUNCIADO Nº 09 DO CSMP - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. A celebração de Termo de Ajustamento de Conduta incluindo obrigações de fazer, não fazer e reparar os danos ambientais, justifica o arquivamento do Inquérito Civil. O Procedimento Administrativo para acompanhar o cumprimento das cláusulas do acordo foi devidamente instaurado pela Promotoria de Justiça de origem. Decisão em conformidade com o Enunciado nº 09 do Conselho Superior do Ministério Público. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.**

#### 6. Inquérito Civil nº 06.2016.00000856-5

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Ponta Porã e outros

Assunto: Apurar a observância da legislação urbanística e ambiental pelo empreendimento Condomínio das Paineiras, localizado neste Município.

**Procurador do Município: Ricardo Soares Sanches Dias - OAB/MS nº 11.558.**

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE PONTA PORÃ - MEIO AMBIENTE - APURAR A OBSERVÂNCIA DA LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA E AMBIENTAL PELO EMPREENDIMENTO CONDOMÍNIO DAS PAINEIRAS - IRREGULARIDADES CONSTATADAS - TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA CELEBRADO - REFORMAS ESTRUTURAIS PACTUADAS PARA TODO O MUNICÍPIO - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA ACOMPANHAMENTO INSTAURADO - ATENDIMENTO DO ENUNCIADO Nº 09 DO CSMP - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. A celebração de Termo de Ajustamento de Conduta visando à elaboração de Termo de Referência (TDR) para contratação de empresa tecnicamente qualificada, responsável pela regularização dos loteamentos urbanos do município, justifica o arquivamento do Inquérito Civil. O Procedimento Administrativo para acompanhar o cumprimento das cláusulas do acordo foi devidamente instaurado pela Promotoria de Justiça de origem. Decisão em conformidade com o Enunciado nº 09 do Conselho Superior do Ministério Público. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.**

**7. Inquérito Civil nº 06.2018.00001950-4**

1ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Ponta Porã e o Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar a implementação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no âmbito do Estabelecimento Penal Ricardo Brandão de Ponta Porã/MS. (IC nº 54/2014, migrado para o sistema SAJMP).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE PONTA PORÃ - DIREITOS HUMANOS - APURAR A IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DAS PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE - ESTABELECIMENTO PENAL RICARDO BRANDÃO - IRREGULARIDADES CONSTATADAS E SANADAS - AUDITORIA TÉCNICA “IN LOCO” - MELHORIAS IMPLEMENTADAS NOS SERVIÇOS DE SAÚDE PRESTADOS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. O arquivamento do procedimento se justifica, porquanto foram sanadas as irregularidades originalmente apontadas, havendo implementação de substanciais melhorias nos serviços de saúde prestados no Estabelecimento Penal Ricardo Brandão, garantindo o cumprimento da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.**

**8. Inquérito Civil nº 06.2018.00003284-0**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Alanir da Silva Carneiro

Assunto: Apurar irregularidade ambiental na propriedade de Alanir da Silva Carneiro, consistente na supressão de uma área de 3,59 hectares de vegetação considerada como de Mata Atlântica, sem autorização da autoridade ambiental competente.

**Procurador do Município: Ricardo Soares Sanches Dias - OAB/MS nº 11.558.**

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE MIRANDA - MEIO AMBIENTE - APURAR IRREGULARIDADE AMBIENTAL CONSISTENTE NA SUPRESSÃO DE UMA ÁREA DE 3,59 HECTARES DE VEGETAÇÃO CONSIDERADA DE MATA ATLÂNTICA - VISTORIA IN LOCO - BIOMA CERRADO - VEGETAÇÃO EM ESTADO DE REGENERAÇÃO - PERDA DO OBJETO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. A promoção de arquivamento merece ser homologada, porquanto foi constatada a regularidade jurídico-ambiental da propriedade. Após vistoria in loco da Polícia Militar Ambiental e da engenheira agrônoma responsável, identificou-se que a área está inserida em bioma do cerrado, encontrando-se em estado de regeneração, inexistindo dano ambiental. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora. O Conselheiro Silasneiton Gonçalves se deu por impedido de votar em razão de ser o genitor da Promotora de Justiça titular da 2ª Promotoria de Justiça de Miranda, Cinthia Giselle Gonçalves Latorraca e da 1ª Promotoria de Justiça de Miranda, em decorrência lógica da substituição.**

**9. Inquérito Civil nº 06.2022.00000344-6**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Magid Thomé Filho - Eirelli

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental de 0,57 ha de vegetação nativa, situada entre a Área de Preservação Permanente no Reservatório da UHE Porto Primavera, no município de Três Lagoas.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE TRÊS LAGOAS - MEIO AMBIENTE - APURAR A REGULARIDADE JURÍDICO-AMBIENTAL DE 0,57 HA DE VEGETAÇÃO NATIVA SITUADA EM APP NO RESERVATÓRIO DA UHE PORTO PRIMAVERA - DEPÓSITO DE CASCALHO REMOVIDO - INQUÉRITO CIVIL INSTAURADO PELO MPF PARA APURAR A PRESENÇA DE OCUPAÇÕES IRREGULARES - AÇÃO CIVIL PÚBLICA PROPOSTA PELA CESP PARA ENFRENTAR AS OCUPAÇÕES IRREGULARES - PERDA DO OBJETO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. A promoção de arquivamento merece ser homologada, porquanto foi constatada a retirada do depósito de cascalho na área de preservação permanente do Reservatório da UHE Porto Primavera. Outrossim, constatou-se a existência de Inquérito Civil em trâmite no MPF para apurar a presença de ocupações irregulares na região, bem como o ajuizamento de Ação Civil Pública pela CESP para enfrentar as ocupações irregulares. Destarte, não há justificativa para manutenção das atividades do órgão de execução



estadual. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.**

#### **10. Inquérito Civil nº 06.2015.00000102-4**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Brasilândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Associação Beneficente Dr. Júlio César Paulino Maia e outro

Assunto: Apurar risco à saúde pública da população do município de Brasilândia, em razão da desorganização financeiro-administrativa do Hospital administrado pela Associação Beneficente Dr. Júlio César Paulino Maia, que recebe verbas públicas.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE BRASILÂNDIA - PATRIMÔNIO PÚBLICO - APURAR RISCO À SAÚDE PÚBLICA EM DECORRÊNCIA DA DESORGANIZAÇÃO FINANCEIRA E ADMINISTRATIVA DA ASSOCIAÇÃO - ATO ÍMPROBO NÃO CONFIGURADO - INEXISTÊNCIA DE ATO DOLOSO COM FIM ILÍCITO - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO INSTAURADO PARA ACOMPANHAMENTO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. O arquivamento do inquérito se justifica, porquanto não ficou demonstrada a prática de ato doloso com fim ilícito que configure ato de improbidade administrativa. A Promotoria de Justiça de origem instaurou Procedimento Administrativo para fiscalizar a atuação da Associação, acompanhando a organização das contas do nosocômio, bem como eventual irregularidade na execução contratual. De acordo com o que dispõe o art. 28, caput, da Res. 15/2007-PGJ, “a confirmação do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil”. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.**

#### **11. Inquérito Civil nº 06.2021.00001043-2**

7ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Selvíria

Assunto: Apurar eventual ilegalidade no pregão presencial 46/2017 manejado pelo Município de Selvíria, com indevida troca de motor de ônibus na execução do respectivo contrato.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE TRÊS LAGOAS - MUNICÍPIO DE SELVÍRIA - PATRIMÔNIO PÚBLICO - APURAR EVENTUAL ILEGALIDADE NO PREGÃO PRESENCIAL 46/2017 - ADULTERAÇÃO DO MOTOR IDENTIFICADA - AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO AUTOR OU MANDANTE DA ADULTERAÇÃO - ATO DOLOSO COM FIM ILÍCITO NÃO CONSTATADO - ATO ÍMPROBO NÃO CONFIGURADO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. O arquivamento do procedimento se justifica, porquanto não houve comprovação da autoria ou do mandante da adulteração, razão pela qual não ficou demonstrada a prática de ato doloso com fim ilícito que configure ato de improbidade administrativa. Desse modo, esgotadas todas as diligências, inexistente fundamento para a propositura de ação civil, razão pela qual a promoção de arquivamento merece ser homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.**

#### **2.1.8. RELATOR-CONSELHEIRO SILASNEITON GONÇALVES:**

##### **1. Inquérito Civil nº 06.2016.00000284-9**

1ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Ponta Porã

Assunto: Investigar a observância da legislação urbanística e ambiental pelo empreendimento Loteamento Bairro da Granja.

**Procurador do Município: Ricardo Soares Sanches Dias - OAB/MS nº 11.558.**

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. INVESTIGAR A OBSERVÂNCIA DA LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA E AMBIENTAL PELO EMPREENDIMENTO LOTEAMENTO BAIRRO DA GRANJA. CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA. INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Analisando os autos, nota-se que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta com o Município de Ponta Porã, em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente



procedimento. Ademais, nos termos dos arts. 38 e 39, da Resolução nº 15/2007-PGJ, a Promotoria de Justiça de origem instaurou o Procedimento Administrativo nº 09.2022.00004932-1 (fl. 465) para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do TAC firmado, em observância à redação do Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.**

## 2. Inquérito Civil nº 06.2016.00000296-0

1ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Ponta Porã

Assunto: Investigar a observância da legislação urbanística e ambiental pelo empreendimento Loteamento Vila Ferroviária II.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. INVESTIGAR A OBSERVÂNCIA DA LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA E AMBIENTAL PELO EMPREENDIMENTO LOTEAMENTO VILA FERROVIÁRIA II. CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA. INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Analisando os autos, nota-se que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta com o Município de Ponta Porã, em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. Ademais, nos termos dos arts. 38 e 39, da Resolução nº 15/2007-PGJ, a Promotoria de Justiça de origem instaurou o Procedimento Administrativo nº 09.2022.00004932-1 (fl. 590) para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do TAC firmado, em observância à redação do Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.**

## 3. Inquérito Civil nº 06.2016.00000854-3

1ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Empresa Brasileira de Saneamento Ltda - EBS e o município de Ponta Porã

Assunto: Investigar a observância da legislação urbanística e ambiental pelo empreendimento Condomínio Jardim Paulista, no Município de Ponta Porã.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. INVESTIGAR A OBSERVÂNCIA DA LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA E AMBIENTAL PELO EMPREENDIMENTO CONDOMÍNIO JARDIM PAULISTA, NO MUNICÍPIO DE PONTA PORÃ. CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA. INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Analisando os autos, nota-se que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta com o Município de Ponta Porã, em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. Ademais, nos termos dos arts. 38 e 39, da Resolução nº 15/2007-PGJ, a Promotoria de Justiça de origem instaurou o Procedimento Administrativo nº 09.2022.00004932-1 (fl. 439) para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do TAC firmado, em observância à redação do Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.**

## 4. Inquérito Civil nº 06.2019.00001444-6

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Ricardo Brito Santos Pereira, Maria Eduarda Junqueira Santos Pereira, Eduardo Diniz Junqueira, Roberto Timoner, Sérgio Timoner, Renato Junqueira Santos Pereira, Eduardo Junqueira Santos Pereira e André Junqueira Santos Pereira

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da propriedade rural denominada "Fazenda Pinheirinho", no município de Ponta Porã/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR A REGULARIDADE JURÍDICO-AMBIENTAL DA PROPRIEDADE RURAL DENOMINADA "FAZENDA PINHEIRINHO", NO MUNICÍPIO DE PONTA PORÃ/MS. CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA. INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Analisando os autos, nota-se que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta com os requeridos, em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, restando



apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. Ademais, nos termos dos arts. 38 e 39, da Resolução nº 15/2007-PGJ, a Promotoria de Justiça de origem instaurou o Procedimento Administrativo nº 09.2022.00004143-0 (fl. 302) para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do TAC firmado, em observância à redação do Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.**

#### **5. Inquérito Civil nº 06.2021.00000130-0**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Maracaju

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Alberto Doreto, Idalizio Doreto e Bernardino Girardelo Stefanelo

Assunto: Apurar a situação jurídico-ambiental do imóvel rural denominado Fazenda Santa Inácia, em virtude da constatação de dano ocasionado em área de preservação permanente.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR A SITUAÇÃO JURÍDICO-AMBIENTAL DO IMÓVEL RURAL DENOMINADO FAZENDA SANTA INÁCIA, EM VIRTUDE DA CONSTATAÇÃO DE DANO OCASIONADO EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE. CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA. INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Analisando os autos, nota-se que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta com os requeridos, em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. Ademais, nos termos dos arts. 38 e 39, da Resolução nº 15/2007-PGJ, a Promotoria de Justiça de origem instaurou o Procedimento Administrativo nº 09.2022.00004750-1 (fl. 169) para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do TAC firmado, em observância à redação do Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.**

#### **6. Procedimento Preparatório nº 06.2021.00001118-6**

30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: A apurar

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa decorrente de suposta irregularidade na desclassificação da empresa D. Dos Santos Pereira Eireli EPP, que havia sido declarada vencedora e habilitada da Tomada de Preços Edital de Licitação n. 163/2020-DLO/AGESUL.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO. APURAR EVENTUAL ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA DECORRENTE DE SUPOSTA IRREGULARIDADE NA DESCLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA D. DOS SANTOS PEREIRA EIRELI EPP, QUE HAVIA SIDO DECLARADA VENCEDORA E HABILITADA DA TOMADA DE PREÇOS EDITAL DE LICITAÇÃO N. 163/2020-DLO/AGESUL. DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS. INEXISTÊNCIA DE LESÃO À INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS. INTERESSE INDIVIDUAL DISPONÍVEL CARACTERIZADO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Após análise dos autos, não se verifica da denúncia irregularidade que exceda o interesse pessoal da denunciante, não havendo menção a reverberações sociais relevantes ou condutas ofensivas aos princípios da administração pública, como eventual fraude no certame, eventual favorecimento a uma determinada empresa ou ato específico que possa incorrer em ofensa ao edital licitatório. Assim, conclui-se que o Ministério Público Estadual não possui atribuição para atuar no presente caso, devendo as supostas irregularidades serem sanadas pelas vias ordinárias individuais, mediante a propositura de ação judicial pela parte diretamente interessada, tendo em vista que não há evidências de violação a interesse público no caso em apreço. Dessa forma, inexistindo razões suficientes para o prosseguimento deste procedimento e/ou para a propositura de ação civil pública, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.**

#### **7. Inquérito Civil nº 06.2018.00003225-1**

Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da comarca de Iguatemi

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Tacuru/MS

Assunto: Averiguar eventual violação aos direitos das crianças decorrentes da ausência de vagas em centros de educação infantil em Tacuru/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. AVERIGUAR EVENTUAL VIOLAÇÃO AOS DIREITOS DAS CRIANÇAS





DECORRENTES DA AUSÊNCIA DE VAGAS EM CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL EM TACURU/MS. DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS. IRREGULARIDADES CONSTATADAS E SANADAS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Após análise dos autos, verifica-se que o problema objeto desta investigação foi solucionado, uma vez que a administração municipal de Tacuru/MS promoveu a criação de novas vagas para educação infantil, a fim de melhor atender à população, com a construção de novo Centro Educacional Infantil para suprir a falta de vagas, o qual já se encontra em funcionamento, não havendo mais lista de espera para atendimento da educação infantil. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.**

#### **8. Inquérito Civil nº 06.2021.00001025-4**

7ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Emiliana dos Anjos Azambuja

Assunto: Apurar eventual realização de plantões acima do limite de carga horária permitido pela enfermeira Emiliana dos Anjos Azambuja (enfermeira plantonista da UPA e do SAMU de Três Lagoas) além possíveis de atos de humilhação aos colegas de trabalho por ela praticados.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR EVENTUAL REALIZAÇÃO DE PLANTÕES ACIMA DO LIMITE DE CARGA HORÁRIA PERMITIDO PELA ENFERMEIRA EMILIANA DOS ANJOS AZAMBUJA (ENFERMEIRA PLANTONISTA DA UPA E DO SAMU DE TRÊS LAGOAS) ALÉM POSSÍVEIS DE ATOS DE HUMILHAÇÃO AOS COLEGAS DE TRABALHO POR ELA PRATICADOS. DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO CONFIGURADA. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Após análise dos autos, uma vez que não foi possível comprovar a efetiva ocorrência de improbidade administrativa na espécie, bem como diante da ausência de prova concreta de dano ao erário, verifica-se que inexistem razões suficientes para o prosseguimento deste procedimento e/ou para a propositura de ação civil pública. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.**

#### **9. Inquérito Civil nº 06.2021.00001156-4**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Clarindo Santos de Rezende, Fazenda Botafogo

Assunto: Apurar desmatamento possivelmente ilegal de 8,98 hectares de vegetação nativa, sendo está localizada em área proposta para constituição de Reserva Legal, desmatamento ocorrido na Fazenda Botafogo, em Caracol/MS, detectados pelo Parecer Nugeo nº 585/19.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR DESMATAMENTO POSSIVELMENTE ILEGAL DE 8,98 HECTARES DE VEGETAÇÃO NATIVA, SENDO ESTA LOCALIZADA EM ÁREA PROPOSTA PARA CONSTITUIÇÃO DE RESERVA LEGAL, DESMATAMENTO OCORRIDO NA FAZENDA BOTAFOGO, EM CARACOL/MS, DETECTADOS PELO PARECER NUGEO Nº 585/19. CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Analisando os autos, nota-se que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta com o requerido, em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, o qual já foi integralmente cumprido, inexistindo, assim, outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. Posto isso, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.**

#### **10. Inquérito Civil nº 06.2022.00000041-6**

76ª Promotoria de Justiça da Saúde da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridas: Secretaria Municipal de Saúde e a Secretaria de Estado de Saúde

Assunto: Apurar a não realização de exames de HLA de doadores de órgãos, de transplantes de órgãos e transplantes de medula óssea em Mato Grosso do Sul e iminência de fechamento do Laboratório Biomolecular em razão da insuficiência de recursos públicos para custear as despesas de operacionalização do laboratório.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR A NÃO REALIZAÇÃO DE EXAMES DE HLA DE DOADORES DE ÓRGÃOS, DE TRANSPLANTES DE ÓRGÃOS E TRANSPLANTES DE MEDULA ÓSSEA EM MATO GROSSO DO SUL E IMINÊNCIA DE FECHAMENTO DO LABORATÓRIO BIOMOLECULAR EM RAZÃO DA INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS PÚBLICOS PARA CUSTEAR AS DESPESAS DE OPERACIONALIZAÇÃO DO LABORATÓRIO. DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS. IRREGULARIDADES CONSTATADAS E SANADAS.



PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Após análise dos autos, verifica-se que ao final de diversas reuniões com os gestores públicos e o Laboratório Biomolecular, obteve-se o reajuste dos valores dos exames de tipificação de HLA e histocompatibilidade classes 1 e 2 para transplantes de medula e órgãos sólidos, de forma a possibilitar a retomada dos serviços pelo Laboratório Biomolecular e, conseqüentemente, a realização de exames para futuros transplantes de medula e órgãos sólidos. Dessa forma, inexistindo razões suficientes para o prosseguimento deste procedimento e/ou para a propositura de ação civil pública, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.**

Campo Grande, 26 de julho de 2022.

MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO

Procuradora de Justiça

Secretária do Conselho Superior do MP

## COORDENADORIA DE LICITAÇÕES

### AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/PGJ/2022**

**PROCESSO Nº 09.2021.00006792-6**

**UASG 453860**

**O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL / Procuradoria-Geral de Justiça** comunica aos interessados a **Homologação** do resultado e a regularidade da licitação Pregão Eletrônico nº 01/PGJ/2022 (Processo nº 09.2021.00006792-6).

**Objeto:** Registro de Preços para eventual fornecimento de materiais de expediente (canetas, cesto para lixo, caixa arquivo etc.), para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

**Vencedoras/Preços Registrados:** **Sports Empório, Papelaria e Informática Ltda.** para os itens **2** (R\$6,93), **7** (R\$2,00), **8** (R\$4,15), **19** (R\$0,50) e **26** (R\$18,39); **Prisma Papelaria Ltda** para os itens **3** (R\$35,63), **18** (R\$0,41) e **20** (R\$43,00); **Supera Atacado de Artigos de Papelaria Ltda**, para os itens **6** (R\$99,99) e **9** (R\$11,54); **Tatiane Cecilia Braz 04243496633** para o item **10** (R\$5,65); **Marcos Aurelio Collaco** para os itens **11** (R\$28,00), **12** (R\$28,00), **13** (R\$1,57) e **23** (R\$2,60).

Não restaram propostas válidas para os itens 1, 4, 5, 14, 15, 16, 17, 21, 22, 24 e 25.

Campo Grande, 26 de julho de 2022.

BIANKA KARINA BARROS DA COSTA

Promotora de Justiça e Secretária-Geral do MP/MS

Ordenadora de Despesa



**AVISO DE LICITAÇÃO****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/PGJ/2022****PROCESSO Nº 09.2022.00003435-0****UASG - 453860**

**O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL / Procuradoria-Geral de Justiça** comunica aos interessados a abertura de Licitação, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

**Modalidade:** Pregão Eletrônico nº 21/PGJ/2022 (Processo nº 09.2022.00003435-0).

**Objeto:** Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de assistência técnica especializada para gerenciamento, programação, configuração, manutenção preventiva, preditiva, corretiva e evolutiva, com fornecimento de peças originais de reposição para solução de telefonia VOIP Alcatel Lucent, contendo centrais telefônicas Omni PCX Enterprise, OmniVista 8770, Omni Recorder, bastidores, Deskphones, software de tarifação, software para o Centro de Atendimento (Contact Center) Alcatel-Lucent OmniTouch CC Standard Edition, identificado como: solução de telefonia do MPMS, pelo período de 36 (trinta e seis) meses.

**-Abertura das propostas:** dia 10 de agosto de 2022, às 14 horas (horário de Brasília/DF).

- Local: [www.gov.br/compras/](http://www.gov.br/compras/)

- Telefone para contato: (67) 3318-2145.

**Retirada do Edital:** a partir de 27 de julho de 2022, por meio dos sítios eletrônicos [www.gov.br/compras/](http://www.gov.br/compras/) ou [www.mpms.mp.br/licitacao/pregao](http://www.mpms.mp.br/licitacao/pregao) ou ainda na Coordenadoria de Licitações da Procuradoria-Geral de Justiça (Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214 - Jardim Veraneio - Campo Grande - MS) das 13h00min às 17h59min (horário oficial de Brasília).

**Designação do Pregoeiro, da Equipe de Apoio e da Fiscalização Contratual, efetuada pela Sra. Secretária-Geral do MP/MS, em 25/07/2022:**

- Pregoeiro: Cleber do Nascimento Gimenez;
- Equipe de Apoio: Luiz Fernando Koyanagi e Gladys Esmelda Barrios Amarilha;
- Suplente do Pregoeiro: Josiane Sanches de Mamann Zillo;
- Suplentes da Equipe de Apoio: Hermes Alencar de Lima e Emerval Carmona Gomes;
- Fiscalização Contratual: Secretaria de Administração/PGJ e Secretaria de Tecnologia da Informação/PGJ.

Campo Grande, 26 de julho de 2022.

BIANKA KARINA BARROS DA COSTA

Promotora de Justiça e Secretária-Geral do MP/MS

Ordenadora de Despesa

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

**REPUBLICA-SE, POR INCORREÇÃO, O EXTRATO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E ASSISTÊNCIA MÚTUA ENTRE O MPMS E O MPMA, PUBLICADO NO DOMP/MS Nº 2.709 DE 19 DE JULHO DE 2022, PÁG. 20.**

**EXTRATO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E ASSISTÊNCIA MÚTUA ENTRE O MPMS E O MPMA**

Processo: 09.2022.00006924-0

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral de Justiça, **Alexandre Magno Benites de Lacerda**;

2- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO**, representado pelo seu Procurador-Geral de Justiça, **Eduardo Jorge Hiluy Nicolau**.

Amparo legal: Artigo 116 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

Objeto: Estabelecer formas de cooperação entre o MPMS e o MPMA para proteção do patrimônio público, a prevenção e o combate à corrupção, à lavagem de dinheiro e a outros crimes relacionados, de forma a aprimorar, desenvolver e dar suporte a métodos de análises de dados, pesquisas e investigações promovidas pelos partícipes, por meio de compartilhamento de manual técnico de quesitação e portal de quesitação para obtenção de todos os objetivos do acordo, sem ônus para o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Vigência: 60 (sessenta) meses, contados a partir da data da publicação de seu extrato no Diário Oficial, isto é, de 19.07.2022 a 19.07.2027.

Data da assinatura: 19 de julho de 2022.

**RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

Processo nº 09.2022.00005886-4

Amparo legal: Artigo 25, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Ordenadora de Despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: James Vieira Cáceres 89896203172.

Valor: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2022NE003364, de 26.07.2022, do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Objeto: Conceber, fabricar, fornecer e instalar escultura em material resistente em cumprimento à Lei Complementar Municipal nº 40, de 21 de março de 2001.

Justificativa: Considerando a singularidade do trabalho realizado, a comprovação de que se trata de Artista Plástico Profissional devidamente inscrito no órgão competente, a compatibilidade do perfil artístico com as pretensões do Órgão, no fato de ser originário do Estado de Mato Grosso do Sul, bem como por representar em sua arte a diversidade da fauna estadual, com o emprego de materiais com características de resistência e durabilidade. A Lei Complementar Municipal nº 40, de 21 de março de 2001, condiciona a observância da exigência de “obra de arte” para expedição de licença de construção e posterior “Habite-se” da construção.

Ratifica: **Nilza Gomes da Silva**, Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa.

Campo Grande/MS, 26 de julho de 2022.

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****EDITAL Nº 35/2019. REPUBLICA-SE POR INCORREÇÃO.**

A 26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Histórico e Cultural, Habitação e Urbanismo da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, 180, Bairro Chácara Cachoeira.

Inquérito Civil nº: 06.2019.00001386-9

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Jatena Agropastorial e Participações Ltda.

Objeto: Apurar possível dano ambiental ocorrido no imóvel rural denominado Fazenda Maracujá-Gleba A, localizada nesta capital, consistente na supressão de vegetação nativa sem autorização do órgão ambiental, objeto do Parecer n. 01/22/Nugeo e Auto de Infração 009477/2022 – IMASUL.

Campo Grande, 26 de julho de 2022.

LUZ MARINA BORGES MACIEL PINHEIRO.

Promotora de Justiça.

**EDITAL N.º 0009/2022/49PJ/CGR.**

A 49ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande torna pública a instauração do Procedimento Preparatório n.º 06.2022.00000792-0, que está à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, n.º 180, Chácara Cachoeira, CEP 79.040-240, Campo Grande - MS ou através do endereço na internet <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Preparatório n.º 06.2022.00000792-0.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Associação de Auxílio e Recuperação dos Hansenianos (AARH).

Assunto: Analisar eventual irregularidade na forma de contratação de ocupante de cargo diretivo pela Associação de Auxílio e Recuperação dos Hansenianos (AARH), mantenedora do Hospital São Julião.

Campo Grande – MS, 22 de julho de 2022.

GEVAIR FERREIRA LIMA JR.

Promotor de Justiça.

**CORUMBÁ****EDITAL N.º 0010/2022/07PJ/CBA****EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS**

A 7ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá faz saber, a quem possa interessar, que, a partir do 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (DOMP), se não houver oposição, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos nº 001/2022, nos termos do disposto no art. 10 da Resolução nº 17/2022-PGJ, de 19 de abril de 2022. O prazo é de 5 (cinco) dias, contados da publicação no DOMP, para possíveis manifestações ou para possibilitar às partes interessadas requerer, as suas expensas, o desentranhamento de documentos ou cópias de peças de processos ou expedientes, salvo as hipóteses de sigilo previstas em legislação específica.

Corumbá-MS, 25 de julho de 2022.

ANA RACHEL BORGES DE FIGUEIREDO NINA

Promotora de Justiça, em Substituição Legal

**Lista de Eliminação de Documentos nº 001/2022**

PROVENIÊNCIA (órgão produtor)	PROCEDÊNCIA (órgão responsável pelo arquivamento)		
Órgão/Setor: 1.ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá	Órgão/Setor: 7.ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá		
TIPO DOCUMENTAL	JUSTIFICATIVA DA ELIMINAÇÃO	ANO INICIAL	NO INICIAL
NOME/CONTEÚDO INFORMACIONAL			
Classe/ Subclasse/Grupo/ Subgrupo			
200- Menor infrator – ato infracional: parecer; pedido de arquivamento; busca e apreensão; petição inicial; representação; termo de oitiva informal; termo de remissão.	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução nº 17/2022-PGJ.	2007	2013
200- Dossiê de Adolescente	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução nº 17/2022-PGJ.	2007	2013
	A Lista de Eliminação de Documentos nº 001/2022 foi aprovada pela Promotora de Justiça, Dra. Ana Rachel Borges de Figueiredo Nina, em substituição legal.		
RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO: Maria Alice da Silva Paiva Ramos – Técnica I Data de preenchimento: 25.07.2022.			